

SULAMYTA CARGNIN

**A TRANSDISCIPLINARIDADE NA PREVENÇÃO  
DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA  
NO CONTEXTO ESCOLAR**



SULAMYTA CARGNIN

# A TRANSDISCIPLINARIDADE NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, para obtenção do título Mestre em Educação Sexual.

**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

**Orientador:** Profa. Dra. Fátima Elisabeth Denari

ARARAQUARA – S.P.  
2022

C276p

CARGNIN, SULAMYTA

A TRANSDISCIPLINARIDADE NA PREVENÇÃO DA  
VIOLÊNCIA SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA NO CONTEXTO  
ESCOLAR/ SULAMYTA CARGNIN. -- Araraquara, 2022. 112p.:  
tabs.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual  
Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara  
Orientadora: FATIMA ELISABETH DENARI

1. EDUCAÇÃO SEXUAL. 2. ADOLESCÊNCIA.  
3. SEXUALIDADE. 4. VIOLÊNCIA SEXUAL. 5. FORMAÇÃO  
DE PROFESSORES. I. Título.

SULAMYTA CARGNIN

# A TRANSDISCIPLINARIDADE NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, para obtenção do título Mestre em Educação Sexual.

**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento, sexualidade e diversidade na formação de professores.

**Orientador:** Profa. Dra. Fátima Elisabeth Denari

Data da defesa: 04/02/2022

## MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

---

**Presidente e Orientador:** Profa. Dra. Fátima Elisabeth Denari  
Universidade Federal de São Carlos

---

**Membro Titular:** Prof Dr Fabio Tadeu Reina  
Universidade Estadual Paulista e Uniara.

---

**Membro Titular:** Profa. Dra. Maria da Piedade Resende da Costa  
Universidade Federal de São Carlos

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esta pesquisa a todos aqueles que possam ser instrumento de disseminação do conhecimento para a prevenção e o combate a violência sexual na adolescência.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela a vida e pela capacidade de raciocínio que Ele me concedeu, pois por meio delas é que tive a oportunidade de fazer escolhas e uma delas foi a de estar nesse curso enriquecedor.

À minha mãe, Valquíria, por se tão amorosa e cuidadora de mim. Por estar comigo em todos os momentos. Por ser tão terna e querida.

À minha avó Maria das Dores, por toda educação e exemplo de pessoa. Gratidão pelo direcionamento e suporte que sempre me ofereceu.

Agradeço a minha família, em nome do meu esposo César que foi um pilar importante nesse processo de construção. As minhas filhas Malyê e Marjorie, que são minha fonte de inspiração e motivação diária.

Aos meus familiares, por estarem sempre torcendo por meus avanços e minhas conquistas. Gratidão a cada um de vocês.

À minha orientadora Profa. Dra Fátima Denari, por compreender meu jeito de pesquisar e estar à disposição para me orientar. Gratidão por cada e-mail respondido.

Gratidão à psicóloga Ana Paula Moraes pelo trabalho terapêutico que realizamos.

Aos meus amigos que me incentivaram e me deram o apoio nos momentos em que precisei, cito: Mayara, Elida, Denize, Bruno, Cleunice, Maria José, Maria Gisélia, Ana Lucia, Reginaldo. Gratidão.

Aos colegas e amigos, em especial: Mayra, Yubis, Ana, Isabela, Jessica, Neto, pessoas que conheci durante a pós-graduação e que levarei comigo. Vocês foram especiais e muito importantes nesse processo de formação.

Aos professores, minha gratidão, por todo conhecimento compartilhado, em especial cito: Prof. Paulo, Profa. Andreza, Profa. Ana Claudia, Prof. Fausi, Profa. Claudia, Profa. Maria Bruns, Profa. Patricia, Profa. Lourdes, Prof. Dariel, Prof. Alexandre.

Gratidão a Unidade Escolar e aos professores que participaram da pesquisa.

Gratidão a Unesp por nos oportunizar um curso de Pós-graduação tão importante quanto esse.

“( . . . ) a educação sexual deve estar a serviço da felicidade da pessoa humana, preparando-a para, através do uso responsável da liberdade, ser um agente eficaz da promoção da felicidade individual e coletiva. ( . . . ) educar-se para a felicidade sexual da pessoa.” (Cavalcanti, 1993, p.168).

## Resumo

Reconhecendo a importância da abordagem do tema violência sexual contra adolescentes no contexto escolar e visando responder ao problema, esta pesquisa teve por objetivo compreender de que forma os professores dos anos finais do ensino fundamental abordam temas referentes à violência sexual com seus alunos em uma escola em um município no interior de Mato Grosso (MT). Para que o objetivo pudesse ser alcançado, foram traçados procedimentos para a fundamentação teórica, sendo a primeira realizar revisão da literatura para identificar os trabalhos de mesma natureza ou natureza semelhante, para que fossem utilizados como referências e aparato científico, bem como a leitura de material identificado necessário ao desenvolvimento desta. Por possuir caráter qualitativo e exploratório na medida em que pretende investigar características de um determinado universo escolar, nas pessoas de professores, o método considerado mais apropriado foi o estudo de caso de método misto incorporado. Para a coleta de dados foi desenvolvido um questionário, que buscou investigar, conhecer e avaliar a formação dos educadores para tratar do tema da Violência Sexual contra adolescentes, o estudo do tema na formação continuada, quais práticas pedagógicas eram desenvolvidas com os adolescentes, bem como a perspectiva do professor em torno dessa abordagem. Para que o leitor possa compreender melhor este estudo, foram abordados os seguintes temas: adolescência, sexualidade, educação sexual (no Brasil e no Estado de MT), prevenção da violência sexual, revisão de literatura (no Brasil e em MT). Para que a pesquisa acontecesse dentro do ambiente escolar, foi solicitada autorização da gestão. Os professores convidados a participarem da pesquisa receberam o questionário. Dos 24 participantes, 15 devolveram para que fossem analisados. Nesta pesquisa pode-se perceber que esses professores têm conhecimento sobre o conceito de violência sexual. Apenas 2 professores estudaram e/ou tiveram orientação na graduação de como abordar a violência sexual, os demais que não tiveram essa formação, dentre eles 2 informaram que não sentiram falta e 11 professores relataram que gostariam de ter tido orientação sobre a abordagem do tema na escola. Sobre a formação continuada a maioria ainda não foi oportunizada o estudo desse tema, mas demonstraram interesse em estudar devido a sua relevância. Dos 15 participantes, 6 já abordaram a violência sexual em suas aulas e relataram suas experiências. Os 9 professores que ainda não tiveram essa experiência justificaram pela ausência de conhecimento sobre o tema. Com isso, verifica-se que eles têm o conhecimento do conceito, porém apresentam dificuldades para abordá-lo em sala de aula, porque precisam de uma capacitação específica para ministrar esse tema.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Adolescência, Sexualidade, Violência Sexual, Formação de Professores.

## Abstract

Recognizing the importance of approaching the topic of sexual violence against adolescents in the school context, this research was qualitative in nature and used a case study method. The aim of this study was to understand how teachers in the final years of elementary school approach issues related to sexual violence with their students from a school in a municipality in the interior of the State of Mato Grosso (MT). In order to achieve this objective, goals were set. The first one was to carry out a literature review to find out research of the same or similar nature, so that they could be used as reference and scientific apparatus, as well as the reading of material identified as necessary for the development of this case study. For data collection, a questionnaire was developed, which sought to investigate, know and evaluate the training of educators to deal with the issue of Sexual Violence against adolescents; the study of the topic in continuing education; which pedagogical practices were developed on the topic of sexual violence with adolescents, as well as the teacher's perspective and classroom approach. In order for the reader to better understand this study, the following topics were approached: adolescence, sexuality, sexual education (in Brazil and in MT), prevention of sexual violence, literature review (in Brazil and in MT). For the research to take place within the school environment, management authorization was requested. Teachers invited to participate in the research received the questionnaire, which was analyzed in the light of content analysis. Of the 24 participants who received the questionnaire, 15 returned it to be analyzed. The results indicated that these teachers have knowledge of the concept of sexual violence. Only 2 teachers studied and/or received guidance at graduation on how to approach sexual violence. Regarding the other teachers who did not have this training, 2 of them reported that they did not miss it and 11 teachers reported that they would have liked to have had guidance on how to approach the topic at school. In relation to continuing education, most of them have not been given the opportunity to study this topic yet, but showed interest in studying it due to its relevance. Of the 15 teachers, 6 of them have already approached sexual violence in their classes and reported their experiences. The 9 teachers who have not had this experience yet justified it due to the lack of knowledge on the subject. Thus, it appears that teachers have knowledge of the concept, but have difficulty in approaching it in the classroom, because they need specific training to teach this topic.

**Key words:** Sexual Education, Adolescence, Sexuality, Sexual Violence, Teacher Training.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Gráficos <i>Vítimas de estupro e estupro de vulneráveis, sexo feminino e masculino e idade. Brasil, 2017 e 2018.</i>	47
----------	--	----

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Ciências – 1º Ano.	37
<b>Quadro 2</b>	Ciências – 8º ano.	38
<b>Quadro 3</b>	Balanco das Denúncias de Violações de Direitos Humanos, 2016.	46
<b>Quadro 4</b>	Enfrentamento da violência sexual contra adolescentes no contexto escolar.	51
<b>Quadro 5</b>	Contextualização desta pesquisa em Mato Grosso	58
<b>Quadro 6</b>	Caracterização dos participantes.	70
<b>Quadro 7</b>	Violência sexual	72
<b>Quadro 8</b>	Você sentiu falta desta abordagem na graduação? SIM, PORQUE:	76
<b>Quadro 9</b>	A experiência da violência sexual na Formação Continuada.	79
<b>Quadro 10</b>	Você gostaria de estudar esse tema na formação continuada? SIM, POR QUÊ:	81
<b>Quadro 11</b>	A Experiência de quem já abordou o tema violência Sexual com seus alunos.	86
<b>Quadro 12</b>	O motivo para não abordar o tema violência Sexual com os alunos.	88
<b>Quadro 13</b>	Sim, é possível!	92

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEn	Associação Brasileira de Enfermagem
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAOPA	Centro de Acolhimento, Orientação e Proteção ao Adolescente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFAPRO	Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso.
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DRC	Documento de Referência Curricular para Mato Grosso
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEM	Feminino
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MANU	Meio Ambiente na Universidade
MASC	Masculino
MEC	Ministério da Educação
MT	Mato Grosso
OCs	Orientações Curriculares
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEE	Plano Estadual de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RECRIA	Rede de Informação sobre Violência Sexual Infanto Juvenil
REENOMA	Revista Eletrônica de Educação do Norte de Mato Grosso
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNEMAT	Universidade Estadual de Mato Grosso

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>ADOLESCÊNCIA</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>SEXUALIDADE</b>	<b>26</b>
<b>4</b>	<b>EDUCAÇÃO SEXUAL</b>	<b>29</b>
<b>4.1</b>	<b>Educação Sexual no Brasil</b>	<b>32</b>
<b>4.2</b>	<b>Educação Sexual no Estado de Mato Grosso</b>	<b>39</b>
<b>5</b>	<b>PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL</b>	<b>43</b>
<b>6</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b>	<b>50</b>
<b>6.1</b>	<b>Revisão de Literatura em Mato Grosso</b>	<b>57</b>
<b>7</b>	<b>MÉTODO</b>	<b>61</b>
<b>7.1</b>	<b>Justificava Metodológica</b>	<b>61</b>
<b>7.1.1</b>	<i>Pesquisa Quantitativa</i>	<i>61</i>
<b>7.1.2</b>	<i>Pesquisa Qualitativa</i>	<i>62</i>
<b>7.2</b>	<b>Procedimentos para coleta de dados</b>	<b>63</b>
<b>7.3</b>	<b>Procedimentos para análise de dados</b>	<b>64</b>
<b>7.3.1</b>	<i>Preparação dos dados para análise</i>	<i>64</i>
<b>7.3.2</b>	<i>Exploração dos dados</i>	<i>64</i>
<b>7.3.3</b>	<i>Análise dos dados</i>	<i>65</i>
<b>7.3.4</b>	<i>Apresentação dos resultados da análise</i>	<i>65</i>
<b>7.3.5</b>	<i>Interpretação dos resultados</i>	<i>65</i>
<b>7.3.6</b>	<i>Validação dos dados, resultados e sua interpretação</i>	<i>66</i>
<b>8</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS</b>	<b>67</b>
<b>8.1</b>	<b>O Projeto Político Pedagógico (PPP)</b>	<b>67</b>
<b>8.2</b>	<b>O Questionário</b>	<b>69</b>
<b>8.2.1</b>	<i>Caracterização dos Participantes</i>	<i>69</i>
<b>8.2.2</b>	<i>Questão 1: O que você entende por violência sexual?</i>	<i>71</i>
<b>8.2.3</b>	<i>Questão 2: em algum momento na sua formação acadêmica você recebeu orientação em como abordar violência sexual na escola?</i>	<i>74</i>
<b>8.2.4</b>	<i>Questão 3: em algum momento na formação continuada você recebeu orientação em como abordar violência sexual na escola?</i>	<i>78</i>
<b>8.2.5</b>	<i>Questão 4: em algum momento na sua prática pedagógica, você abordou o tema violência sexual com seus alunos?</i>	<i>85</i>
<b>8.2.6</b>	<i>Questão 5: você acredita que abordar o tema violência sexual com seus alunos pode auxiliar na prevenção e no combate a esse tipo de violência?</i>	<i>91</i>
<b>9</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>95</b>

<b>10 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>97</b>
<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE C.....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICE D.....</b>	<b>112</b>

## APRESENTAÇÃO

Em 2005 iniciei minha trajetória acadêmica na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) no curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, uma turma especial. Quando ingressei no curso, tinha uma visão de futuro bem diferente do que é hoje, já que sempre me imaginava uma pesquisadora na área da botânica no meio da floresta fazendo pesquisa com plantas, porém no decorrer do curso, percebi que não me identificava com esse ambiente.

Durante a graduação participei como bolsista do projeto de pesquisa Meio Ambiente na Universidade (MANU) e a partir disso fui me identificando com as questões ambientais e relacionadas à sensibilização das pessoas em relação ao ambiente, naquele momento sobre o uso adequado dos recursos hídricos.

Nossa turma foi muito ativa durante o período acadêmico, criamos congressos, apresentávamos nossos projetos em simpósios, ministrávamos minicursos na Universidade Popular, com isso, fui desenvolvendo as habilidades docentes e me encontrando no universo da sala de aula, fato que mudou totalmente o meu destino de pesquisadora em botânica para professora de biologia.

Quando me refiro à de professora de biologia é porque no início não me via trabalhando com alunos adolescentes, no entanto, mais uma vez a vida me mostrou que nem tudo que pensamos ser verdade, na verdade é. Quando terminei a graduação, surgiu a oportunidade de realizar prova para o concurso público do Estado de Mato Grosso (MT), foi então que o prestei para área de ciências para então ser professora de adolescentes. Passei, fui convocada e assumi a minha vaga. A escola a qual escolhi para trabalhar era de periferia e a cidade a julgava como um ambiente não favorável, mas ao chegar lá, vi um ambiente acolhedor e com uma equipe disposta a dar o melhor de si por aqueles adolescentes.

No início, foi bem difícil a adaptação, mas com o passar do tempo, me apropriei do ambiente e me envolvi com as atividades que aquela equipe desenvolvia com os adolescentes. As primeiras atividades que me envolvi foram os projetos de leitura e as feiras do conhecimento. A feira do conhecimento é que me levou a outro nível de experiência com os alunos.

No primeiro ano em que participei, minha turma era uma das mais agitadas da escola, mas foi lá que uma aluna teve a ideia de criar o sorvete de quiabo com a intenção de torná-lo uma sobremesa para pessoas com diabetes, partindo do conhecimento popular que água de

quiabo diminui os índices glicêmicos. Essa equipe se destacou na etapa escolar, regional e essas alunas deram entrevista para TV na Feira de Ciências Estadual. É importante mencionar isso porque a partir de toda essa caminhada pude ter um contato maior com esses adolescentes e por meio de diálogos, compreender um pouco dos seus anseios.

Dessa forma, em outro momento, com outro grupo de alunos, por consequência da feira do conhecimento tivemos diálogos profundos e percebi ao ouvi-los que suas queixas vinham das questões da sexualidade e psicológicas do adolescente, foi quando pensei em procurar um mestrado em sexualidade. Naquele ano as inscrições já estavam encerradas e foi assim por uns dois anos consecutivos, sempre que eu procurava o edital, ele já havia encerrado.

Ademais, as experiências no contexto escolar continuaram, até que uma semana de palestras com a psicóloga na escola sobre violência sexual me fez perceber o quanto é necessária uma atenção especial aos nossos adolescentes, pois ainda estão muito expostos a esse perigo.

Passei a ficar mais atenta ao edital do mestrado, pois já sabia sobre qual assunto pesquisar, seria violência sexual na adolescência.

Sendo assim, decidi optar por esse tema como uma forma de contribuir com os adolescentes por intermédio do conhecimento sobre prevenção e o combate à violência sexual na adolescência por meio do ambiente escolar.

Espero que este texto, que representa toda uma pesquisa, possa de alguma forma contribuir com o leitor, principalmente se esse for educador.

## 1 INTRODUÇÃO

O conhecimento liberta da ignorância e traz à luz a capacidade de distinguir o certo do errado, o ativo do passivo, o pedófilo de uma pessoa confiável. Conhecer o corpo, todo o seu metabolismo, as relações afetivas e de respeito, faz com que a pessoa se reconheça, como um ser único e especial, que vive cada fase da vida, sem pressa ou necessidade de pular momentos.

A criança brinca, pergunta, inventa e aprende. O adolescente questiona, testa, reinventa e aprende. O jovem se acalma, organiza tudo que obteve de repostas, dos testes, das invenções, reinvenções e aprende. O adulto é o papel preenchido, não por completo, ainda com páginas em branco, porém com as emoções moldadas, a personalidade construída e às vezes engessada, mas ainda aprende e muito ensina; ele ensina aos novos ver, conhecer, ser, a reconhecer e se defender.

Ademais, reconhecendo a importância da abordagem do tema violência sexual contra adolescentes no contexto escolar, esse estudo teve por objetivo compreender de que forma os professores dos anos finais do ensino fundamental abordam temas referentes à violência sexual com seus alunos em uma escola de um município no interior de Mato Grosso (MT).

Neste viés, para que o leitor possa compreender melhor este estudo, foram abordados os seguintes temas: adolescência, sexualidade, educação sexual (no Brasil e no Estado de MT), prevenção da violência sexual, revisão de literatura (no Brasil e em MT).

É indubitável que a adolescência é uma fase que merece atenção, pois segundo Dolto (1990, p.18), “é uma fase de mutação. Ela é tão fundamental para o adolescente já formado, quanto é para o recém-nascido no nascimento e nos primeiros quinze dias de vida”. É um período de adaptação para a vida adulta. Por estar relacionada às questões culturais e sociais, ela ocorre de modo diferente nas diversas partes do mundo.

É importante que ocorram diálogos sobre essa fase da adolescência nos ambientes escolares, por ser um período de muitas mudanças físicas e psicológicas, associadas ao mundo das responsabilidades, dos amores e dos desejos.

Além disso, o estudo da sexualidade por meio da educação sexual nos leva a conhecer a dimensão humana, as etapas do desenvolvimento físico e psicológico e as relações com o ambiente social. O conhecimento sobre o corpo e seus direitos podem ser objetos de estudos da educação sexual, como promoção da prevenção à violência sexual na adolescência, ou em qualquer fase da vida.

A violência sexual é uma violação dos direitos humanos da pessoa. Segundo Procópio (2013, p.28) “a violência sexual é produto de relações sociais desiguais, onde a relação entre

os atores envolvidos estabelece-se numa dinâmica em que o agressor tem alguma condição de vantagem, seja física, emocional, econômica ou social, sobre a vítima”.

Abuso e exploração sexual são formas de violência sexual, sendo que o abuso sexual “consiste na utilização de um corpo para a prática de qualquer ato de natureza sexual, coagindo a vítima física, emocional ou psicologicamente” (Brasil, 2018b, p. 21) e a exploração sexual “incide na utilização sexual de terceiro com a intenção de lucro, seja financeiro ou de qualquer espécie, podendo haver a participação de uma outra pessoa” (Brasil, 2018b, p. 21).

Neste sentido, a sala de aula, assim como todo o ambiente escolar, deve ser um veículo de informação aos adolescentes sobre esse tipo de violência, como ela acontece e quais as formas de prevenção. E para que isso se efetive, os professores necessitam estar capacitados para abordarem com segurança essa temática.

Diante da importância da ação na prevenção da violência sexual contra adolescente, mencionada anteriormente, esta pesquisa objetivou compreender de que forma os professores dos anos finais do ensino fundamental abordam temas referentes à violência sexual contra adolescentes em uma escola no interior de Mato Grosso. Para isso, foi necessário investigar, conhecer e avaliar: a formação dos educadores para tratar do tema, o estudo deste na formação continuada, quais práticas pedagógicas eram desenvolvidas com os adolescentes e a perspectiva do professor em torno dessa abordagem.

Para facilitar a compreensão do tema abordado, este trabalho foi dividido em sessões, sendo elas:

- 1 – Introdução: que possui a intenção de apresentar o tema e os objetivos dessa pesquisa.
- 2 – Adolescência: cujo objetivo é apresentar as características mais pertinentes desse momento, bem como diferenciar puberdade de adolescência.
- 3 – Sexualidade: nesta sessão a intenção é contextualizar o leitor sobre o que é e qual a importância da sexualidade em todos os seus aspectos. Apresentá-la como de fato é, inerente ao ser humano, sem tabus ou preconceitos. Demonstrando a importância do diálogo sobre sexualidade no contexto escolar para a prevenção da violência sexual na adolescência.
- 4 – Educação Sexual: nesta sessão foi realizada a conceituação dos termos educação sexual e posteriormente a contextualização no Brasil e no Estado de Mato Grosso, para que o leitor possa conhecer o processo histórico desse tema.
- 5 – Prevenção da violência sexual: aqui foram realizados conceituação dos termos e contextualização no cenário brasileiro.

6 – Revisão de literatura: por meio dessa sessão é possível conhecer as pesquisas que fazem conexão com este trabalho, em nível de Brasil e no Estado de Mato Grosso, auxiliando no direcionamento e na relevância social deste.

7 – Método: nesta sessão o leitor poderá conhecer os caminhos escolhidos para a realização desta pesquisa, por intermédio da justificativa e dos procedimentos de coleta e análise dos dados.

8 – Análise e discussão dos dados: aqui o leitor poderá conhecer quem foram os participantes da pesquisa e como a participação destes foi fundamental para que o objetivo dessa fosse alcançado.

9 – Conclusões: apresenta-nos aonde chegamos com essa pesquisa e o que ainda pode ser desenvolvido a partir do contexto desse trabalho.

10 – Considerações finais: nesta sessão o leitor poderá perceber o quão fundamental é a pessoa do professor, o quão significativo é o seu processo de formação inicial e continuada, e o quão urgente é a necessidade do desenvolvimento políticas públicas que visem a capacitação do profissional docente no que tange a prevenção da violência sexual.

11 – Referências bibliográficas: apresentam os autores e suas produções científicas que foram fundamentais para dar embasamento teórico durante toda essa pesquisa.

## 2 ADOLESCÊNCIA

Antes de falar sobre a adolescência, quero abordar a puberdade, pois são termos que podem às vezes confundir em seus significados, porque embora ambos representem momentos do desenvolvimento do ser humano, a puberdade refere-se às transformações fisiológicas e corporais e a adolescência envolve também os aspectos psicossociais, histórico e cultural.

A puberdade é a mudança física que acontece na pessoa a partir da liberação dos hormônios sexuais, é nesse período que acontece o amadurecimento sexual, tornando a pessoa um ser com capacidade de reprodução (Martorell, 2014; Becker, 2017).

Essas mudanças da puberdade acontecem pela liberação dos hormônios que favorecerão o amadurecimento dos órgãos sexuais e o desenvolvimento das características sexuais da pessoa. Ela pode ocorrer em idades diferentes nas meninas e nos meninos. Nas meninas, geralmente se inicia com a primeira menstruação, por volta dos 11 ou 12 anos de idade, mas esse período também pode variar entre os 8 e 16 anos. Para os meninos, a entrada nesse ciclo é marcada pela primeira ejaculação, que pode ocorrer aos 13 anos (Feldman, 2015; Martorell, 2014; Papalia & Feldman, 2013). Como esses processos fisiológicos são marcados pela liberação de hormônios, eles podem ocorrer em idades diferentes, de acordo com o metabolismo de cada pessoa, para Papalia e Feldman (2013, p. 388) “o momento exato em que começa esse fluxo de atividade hormonal parece depender de alcançar uma quantidade crítica de gordura corporal necessária para o sucesso da reprodução”, de acordo com esses autores, existe uma tendência secular, estudada por cientistas do desenvolvimento, que mostram uma antecipação no início da puberdade, aumento da estatura e da maturidade sexual.

Alguns sinais físicos da puberdade são comuns para ambos os sexos como o crescimento dos pelos pubianos e axilares, a oleosidade da pele e o desenvolvimento dos odores corporais; e se diferem nos meninos com crescimento de pelos na face e no corpo e engrossamento da voz, e nas meninas o aumento das mamas, entre outras características (Papalia & Feldman, 2013).

Durante esse período também pode ocorrer instabilidade no humor e emotividade (Papalia & Feldman, 2013), que são reflexos das ações hormonais. As modificações físicas tornam-se motivos de preocupação entre aqueles que passam por essa fase, pois alguns têm dificuldades em aceitar tais mudanças, sendo às vezes necessário apoio psicológico para aceitar esse processo, Martorell (2014, p.278) afirma que “alguns deles não gostam de como se enxergam no espelho.”.

É inegável que a atração sexual nessa etapa começa a se tornar evidente e segundo Feldman (2015, p. 259) “começa antes da maturação dos órgãos sexuais em torno dos 10 anos.”. De acordo com Becker (2017, p. 22) “com a chegada da puberdade, todo o organismo é invadido pela força das transformações biológicas e tomado por impulsos sexuais”, pois a função reprodução do corpo passa a estar ativada, os meninos prontos a perpetuarem a espécie a cada ejaculação e as meninas a cada ovulação.

Por ser um momento de transição, conseqüentemente também é de muitos conflitos a serem resolvidos, muita curiosidade a ser esclarecida, principalmente as questões voltadas à sexualidade, despertando assim, desejo e uma obrigação interna de ser aceito no ambiente onde vive. É uma etapa cheia de anseios e desafios para realizar, por isso, torna-se uma fase de vulnerabilidade (Prioste, 2013). Mostrar ao ser humano que esse “rito de passagem” é natural e que todos os adultos já estiveram na situação, que todas as crianças vivas vão passar por isso é importante, porque mostra que não está sozinho e que essa instabilidade vai sendo amenizada com o passar do tempo. Ter adultos compreensivos e paciosos dispostos a responder questões, pode auxiliar nesse processo.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990) – no art. 2º diz que: “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”. Papalia e Feldman (2013, p. 386) definem “adolescência como o período que compreende as idades entre 11 e 19 ou 20 anos.”.

A adolescência é uma das fases do desenvolvimento humano em que muitas mudanças físicas, emocionais, cognitivas e sociais acontecem, é a ponte entre a dependência e a independência da pessoa, mudança de estado criança para o estado adulto (Feldman, 2015). E todo esse processo é influenciado pelo contexto social, cultural e econômico no qual esse ser humano está inserido. Nesse rito de passagem, o adolescente tenta se encontrar como pessoa no ambiente social, buscando aceitação nos diversos grupos para se sentir acolhido e pertencente ao mundo. Para Santos e Ippólito (2011):

Nesse período, intensifica-se a busca por autonomia, independência e construção da própria identidade, a partir da convivência com as informações e valores sociais vigentes, especialmente nos grupos de pares, que se tornam referências e até modelos de comportamento para além da família. (p.52).

Segundo Becker (2017, p. 5), adolescência é uma palavra que vem do latim e significa “ad, para + olescere, crescer: crescer para.”. Para Martorell (2014, p.276) a adolescência “é uma construção social”, é um conceito criado a partir do século XX para identificar uma etapa

da vida no ocidente, sendo esse conceito difundido mundialmente. Nas sociedades pré-industriais a transição da fase criança para a fase adulta, ocorria imediatamente no momento em que o corpo fosse considerado preparado para o trabalho.

Em cada parte do mundo a adolescência apresenta algumas características de acordo com a cultura. Martorell (2014) faz um tour por esse cenário:

Nos Estados Unidos, os adolescentes estão passando menos tempo com seus pais e confiando menos neles. Na Índia, os adolescentes podem usar roupas ocidentais e usar computadores, mas eles mantêm vínculos familiares muito fortes, e suas decisões de vida frequentemente são influenciadas por valores hindus tradicionais. Nos países ocidentais, meninas adolescentes tentam ser o mais magras possível. Na Nigéria e em outros países africanos, a obesidade é considerada linda. (p.276).

Essa etapa da vida exige do adolescente o desenvolvimento das suas habilidades para assumir uma perspectiva social, para dialogar com pessoas de diversos níveis de conhecimento e ser respeitoso com a opinião alheia. Nesta fase, o vocabulário muda e os grupos são formados de acordo com as afinidades. (Martorell, 2014).

A adolescência ainda é vista no mundo contemporâneo como uma fase perturbadora, chamada por alguns de “fase da aborrecência”. Para Tiba (2010, p. 38) a “aborrecência é a adolescência tumultuada, que incomoda os pais. Acostumados a lidar com filhos crianças, os pais agora têm que se reorganizar perante os adolescentes.”. Isso não é algo atual, mas que vem de longa data, conforme nos mostra Becker (2017):

A questão do jovem como ‘problema’ existe há muito tempo e acompanha toda a evolução da civilização ocidental. Podemos encontrar em escritos há 4 mil anos referências a que ‘os filhos de hoje já não respeitam mais os pais como antigamente’. (p.5).

Uma das possibilidades de justificativa para essa visão é o momento conflitante que a pessoa vive, pois estão ocorrendo modificações tanto fisiológicas, devido a toda a movimentação hormonal que passa a acontecer no organismo, com as alterações físicas que levam a estranheza do próprio corpo, como também com desenvolvimento do cognitivo que é influenciado pelas ações do corpo e do ambiente externo. Segundo Papalia e Feldman (2013, p. 392), ocorrem “mudanças drásticas nas estruturas cerebrais envolvidas nas emoções, no

juízo, organização do comportamento e autocontrole que ocorrem entre a puberdade e o início da vida adulta.” (Papalia & Feldman, 2013, p. 392). Tiba (2010) corrobora quando diz:

Portanto, antes disso, o adolescente nem sempre está apto a processar todas as informações que precisa considerar na hora de tomar uma decisão. Esse achado revela que não se trata meramente de oposição aos pais, mas de uma limitação biológica. (p.49).

Então, se o adulto olhar para o adolescente como um ser em metamorfose, será capaz de compreender que há um processo de adaptação acontecendo e toda adaptação gera dúvidas e insegurança, logo, há necessidade de abertura ao diálogo. Para Becker (2017):

Do ponto de vista do mundo adulto, isto é, o sistema ideológico dominante, o adolescente é um ser em desenvolvimento e em conflito. Atravessa uma crise que se origina basicamente em mudanças corporais, outros fatores pessoais e conflitos familiares. E, finalmente, é considerado “maduro” ou “adulto” quando bem adaptado à estrutura da sociedade, ou seja, quando ele se torna mais uma “engrenagem da máquina”. (p.5).

Ainda de acordo com Becker (2017), o questionamento, a energia e a vontade de “mudar o mundo” são as situações que mais incomodam a sociedade adulta, fazendo com que ela desenvolva os pensamentos distorcidos sobre o momento adolescência; ao contrário, poderia ser vista com maior abertura e diálogo, avaliando possibilidades e expectativas idealizadas pelos viventes dessa fase. Segundo Becker (2017):

Talvez possamos, em vez disso, explicar esse fenômeno como a passagem de uma atitude de simples espectador para outra ativa, questionadora. Que inclusive vai gerar revisão, autocrítica, transformação. E que será, portanto, fundamental tanto para o desenvolvimento da sua própria personalidade quanto para o aperfeiçoamento da sociedade em que ele vive. (p. 6).

É importante que a sociedade saiba colaborar com o desenvolvimento psicossocial dessa pessoa energética que é o adolescente, aproveitando para engajá-lo nos movimentos da própria sociedade, aproveitando a disposição em solucionar problemas, já que para cada questão levantada pelo adulto, é emitida uma resposta pronta e apta para ser colocada em

prática. O maior dilema aqui são as suas próprias questões, pois é nelas que se esbarram e se sentem limitados e angustiados, sem direção, necessitando do ser mais experiente para auxiliar.

As questões sexuais, nessa fase da vida tornam-se mais evidentes, primeiro porque o próprio corpo secreta hormônios para o desenvolvimento das funções sexuais da espécie, o que gera muita curiosidade, ansiedade e medo; e segundo porque os desejos sexuais e os amorosos começam a aparecer. Dessa forma, mais uma vez essa pessoa entra no conflito de sua formação familiar, com o ambiente social no qual passa a conviver, como por exemplo, escola e a vizinhança, bem como o próprio desejo. Fica dividido, entre o que quer, o que a família disse que é bom e o que os ‘amigos’ falaram para fazer. É nesse momento que é importante a presença ativa de um adulto que o adolescente tenha confiança, que tenha desenvolvido um laço de amizade ao qual o encoraja a contar seus anseios e pedir orientação.

É importante que o adolescente seja orientado que as etapas de realização dos desejos sexuais são individuais e que cada pessoa deve ter maturidade para poder escolher o momento no qual poderá desfrutar desses prazeres de modo seguro, para que sejam experiências agradáveis. Nesse mesmo sentido, é muito relevante abordar a temática do abuso e da exploração sexual, que é um movimento, que sem conhecimento, o adolescente pode encarar como algo natural e pertencente a uma vivência sexual saudável, principalmente se essa violência vier por parte de alguém que represente alguma confiança, então a crise se instala, no momento, em que a pessoa violentada percebe que não é saudável o que está acontecendo.

Os aplicativos sociais, atualmente, fazem parte do ambiente social virtual difundido entre os adolescentes, porém é possível acompanhar através dos dados do disk 100 de 2018, que o *sexting* é utilizado como uma das formas de violência sexual contra crianças e adolescentes. E essa é uma prática que ocorre entre os adolescentes e segundo Barros (2014):

Essa vontade de aparecer e de tornar algo atraente para um determinado sujeito ou para uma multidão. O *sexting*<sup>1</sup> torna o corpo e a sexualidade uma mercadoria vendável. É importante discutir sobre esse fenômeno, pois, ao mesmo tempo em que ele é uma estratégia de sedução, que proporciona visibilidade aos seus/suas praticantes, pode trazer alguns problemas jurídicos, sociais e emocionais, pois acaba aumentando o

---

<sup>1</sup>“Pode ser entendido como o compartilhamento e postagem de: mensagens eróticas, fotos de corpos nus e seminus com poses sensuais, vídeos que mostram relações sexuais.” (Barros, 2014, p. 23).

número de materiais sexuais em circulação e facilitando o acesso de imagens eróticos e sensuais, de crianças e adolescentes, para pedófilos e abusadores/as. (p.23).

Santos e Ippolito (2011, p. 53) argumentam que “é fato que os adolescentes vivenciam a sexualidade e muitos têm vida sexual ativa”, portanto, é importante trazer sempre ao diálogo as concepções de mundo que esse adolescente tem, para então, numa conversa sadia, orientar sobre os benefícios e consequências de cada passo dado.

Nessa perspectiva, é possível perceber a importância das relações familiares, escolares e da sociedade circunvizinha para o desenvolvimento saudável desses adolescentes. É importante que a família possa enxergá-lo como um ser ainda em desenvolvimento, que precisa de atenção e orientação, não como uma criança, nem como adulto, mas como adolescente que necessita de alguém em quem confiar para expor seus anseios e acolher as orientações. A escola como um ambiente de formação, pode estar voltada também para o acolhimento desse adolescente, auxiliando nesse processo, pois uma porcentagem da vida é vivida nesse espaço social, às vezes, as relações de confiança desenvolvidas na escola são mais fortalecidas do que as do seio familiar.

Nesse sentido, é que o estudo da sexualidade contribui para o desenvolvimento do conhecimento e conseqüentemente na transmissão de informações com segurança, gerando a confiança e o acolhimento tão importante no diálogo com o adolescente. Por isso, a próxima sessão tem como objetivo proporcionar conhecimento ao leitor sobre os conceitos de sexualidade, bem como o seu desenvolvimento científico, histórico e cultural.

### 3 SEXUALIDADE

O ser humano é um ser em construção que ao longo da vida vai se moldando e se adaptando às novas descobertas. As questões relacionadas à sexualidade passaram ao longo da história por momentos de liberdade e repressão, sendo motivo de muitos debates nas diversas sociedades.

Para iniciarmos nossa discussão sobre sexualidade, vamos contextualizar seu significado de acordo com a construção científica e histórica.

Na natureza, existem dois tipos de seres vivos, quando nos referimos às formas de reprodução, os seres assexuados, que são aqueles que não necessitam de gametas para se reproduzirem. O ser humano faz parte do grupo dos sexuados, pois produz esses gametas tão necessários à perpetuação da espécie. Para que a reprodução possa ocorrer na espécie humana, é indispensável que haja essa troca de gametas entre homem e mulher. Antigamente essa troca acontecia apenas através das relações sexuais, atualmente a prática sexual em si pode ser descartada quando se trata unicamente da função de reprodução.

O sexo é algo inerente ao ser humano, faz parte do desenvolvimento da espécie, portanto, deve ser considerado algo pertencente à pessoa, da mesma forma como a fala é um dos mecanismos de comunicação. Dessa forma, falar sobre ele e as arestas ao seu entorno deve acontecer de forma natural e cotidianamente. *Natural* aqui significa perceber que o sexo, vai além da geração de um novo ser, ele é a origem das relações sociais e afetivas, seja do casal que o pratica, seja através da mulher com o bebê. *Natural* também pode ser sem tabus.

Por exemplo, o erotismo no Antigo Egito era visto com naturalidade, pois fazia parte do processo de reprodução e parte do culto à fertilidade. O erotismo não carregava o peso do pudor e da proibição. Era livre de qualquer culpa ou julgamento. Para Araújo (2012, p.24) “Os Egípcios não viam o erotismo como um tabu, pelo contrário, consideravam que ele era um aspecto importante da vida cotidiana.”

Na antiguidade, segundo Ribeiro (2009, p.31) “não havia campo teórico específico que discorresse ou estudasse a sexualidade. Na verdade, nem a palavras existia. Sexo, sim. Falava-se e escrevia-se sobre sexo, sobre práticas sexuais, sobre erotismo.”

A Igreja Católica (fundamentada em seus dogmas) e a medicina (pautada no cuidado com a saúde), na Idade Média (destaque para o século XV), passam a se atentar para as práticas sexuais das pessoas. (Ribeiro, 2009).

Os séculos XVI e XVII foram marcados pelos movimentos puritanos da Reforma Protestante e da Contrarreforma, para as quais o sexo foi reduzido apenas para a função de

procriação (Figueiró, 2010). É possível identificar no cristianismo o controle da sexualidade como uma forma de controlar as pessoas, pois todo ser humano é sexual, logo, controlar o sexo é dominar o ser. E assim como é comum nas civilizações a presença de regras para equilibrar o grupo social.

O século XIX foi um momento marcado pela repressão dessa sexualidade por meio do reinado da Rainha Vitória, no Reino Unido. O vitorianismo foi um período caracterizado por ações em impor o puritanismo sexual ao lado da igreja. O moralismo puritano e a repressão sexual vitoriana avançaram para além da Inglaterra, levando a acordos que transformaram quaisquer discussões sobre sexualidade em algo proibido. Nas palavras de Garton (2009 p.6), “as convenções sociais tornaram tabu as discussões sobre sexo, sexualidade e funções corporais, mas ao mesmo tempo floresceram a pornografia e a prostituição”.

Foucault (2019a) caracteriza muito bem esse período:

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. (p.7).

Em meio a esse turbulento processo de repressão, a sexualidade nasce como conceito, pois até esse período a palavra não existia, conforme Foucault (2019b, p. 7) ele “surgiu tardiamente, no início do século XIX (. . .). Ele assinala algo diferente de um remanejamento de vocabulário; mas não marca, evidentemente, a brusca emergência daquilo a que se refere.”. Ou seja, ela é envolvida num contexto amplo, porém quando criada, estava associada aos mecanismos da reprodução, ligada as regras e normas.

A repressão da sexualidade do século XIX perde força e no século XX, diante dos avanços da medicina reprodutiva, com o desenvolvimento de métodos contraceptivos e devido a propagação dos estudos sobre sexualidade, outras áreas das ciências, como as sociais e humanas, passaram a estudá-la. Nesse período de ruptura, gradativamente, os relacionamentos vão adquirindo nova roupagem, a monogamia e a heterossexualidade, impostas pela igreja, começam a dar espaço a diferentes formas e acordos nupciais.

Segundo Loyola (2003):

A novidade do biopoder é que ele não atuará principalmente pelo controle repressivo da sexualidade e pela reafirmação da aliança e do casamento, mas pela incitação aos prazeres, pela valorização do desejo e das sensações, através de uma ‘explosão discursiva sobre o sexo’. Essa ‘vontade de saber’, por outro lado, torna a sexualidade no século XX, objeto de estudos empíricos focalizando o comportamento sexual. (p.876).

Com a sexualidade se tornando objeto de estudos das diversas ciências, seu significado se tornou amplo, demonstrando ser a essência da relação individual e coletiva, provando ser algo intrínseco à natureza humana.

Nesse contexto, Figueiró (2006, p.17), afirma que sexualidade “é uma dimensão humana que vai além de sua determinação biológica, pois é, também, culturalmente determinada”. Ainda consoante às ideias de Figueiró (2001):

Não pode ser restringida à sua dimensão biológica, nem a noção de genitalidade, ou de instinto ou mesmo de libido. (...) Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais. (p. 39).

Para Maia e Ribeiro (2011, p.75-76) “a sexualidade humana tem componentes biológicos, psicológicos e sociais, ela se expressa em cada ser humano de modo particular, em sua subjetividade e, em modo coletivo, em padrões sociais, que são aprendidos e apreendidos durante a socialização.”.

Conceituar sexualidade para além do sexo, não significa diminuir a relevância da relação sexual, mas, ampliar a visão da própria sexualidade incluindo a importância que o prazer sexual, a intimidade e o bem-estar proporcionam na vida da pessoa. A Educação sexual vem de encontro com essa necessidade de dar significância à sexualidade humana em todos os seus aspectos, por isso próxima sessão vem oportunizar o leitor conhecer o termo e o significado efetivo dessa educação.

## 4 EDUCAÇÃO SEXUAL

Nota-se, pois, não é possível fugir da concepção de que a sexualidade é inerente ao ser humano, por isso torna-se de extrema importância abordá-la em todos seus aspectos. No contexto desta pesquisa, a sua presença é imprescindível nos ambientes educacionais, por ser um ambiente voltado à prática do conhecimento e das relações sociais da pessoa.

O caderno de Orientação Sexual dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (Brasil, 1998) mostra que:

Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Educação, Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Biologia, Medicina e outras. Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade, entendida de forma bem mais ampla, é expressão cultural. Cada sociedade desenvolve regras que se constituem em parâmetros fundamentais para o comportamento sexual das pessoas. Isso se dá num processo social que passa pelos interesses dos agrupamentos socialmente organizados e das classes sociais, que é mediado pela ciência, pela religião e pela mídia e sua resultante é expressa tanto pelo imaginário coletivo quanto pelas políticas públicas, coordenadas pelo Estado. (p.295).

Esse processo de aprendizagem das questões voltadas para sexualidade, como o desenvolvimento de valores e atitudes que vão acompanhar a pessoa ao longo da vida, pode ser denominado de educação sexual, ela pode ocorrer em qualquer ambiente, na família, na escola, entre amigos. Portanto, a educação sexual pode ocorrer em ambientes informais, como em casa com os pais, num parque com amigos, ou em um ambiente formal, que seriam as instituições que sistematizam formas de ensino e aprendizagem.

Werebe (1981, p.106) citado por Figueiró (2018) apontam duas formatos em que a educação sexual pode ocorrer:

A educação sexual informal, processo global, não intencional, que engloba toda ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre sua vida sexual; A educação sexual formal, deliberada, institucionalizada, feita dentro ou fora da escola. (p.36).

A educação sexual vem ao encontro da necessidade do autoconhecimento, pois, quando há conhecimento, há consciência das possibilidades que corpo e a mente suportam ou estão preparados para viver. Por meio do autoconhecimento é possível reconhecer o direito sobre o corpo, bem como refletir e agir diante da exposição eminente dos perigos ao redor, como atitudes mal-intencionadas sobre o corpo e mente.

De acordo com Figueiró (1996, p.51), a educação sexual pode ser considerada “(. . .) como sendo: toda ação ensino/aprendizagem sobre a sexualidade, seja em nível de conhecimento de informações básicas, seja em nível e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual.”.

Uma temática tão importante como a educação sexual deve ser abordada de maneira organizada e sistemática (Maia & Marques, 2013), possibilitando o desenvolvimento de diálogos e reflexões de forma responsável e satisfatória sobre a identidade pessoal, envolvendo temáticas como desenvolvimento biológico e psicológico da criança e adolescente.

Para Brittos, Santos e Gagliotto (2013, p.2) “a Educação Sexual apresenta-se como uma intervenção necessária nos espaços educativos, uma vez que contribui para a edificação da personalidade dos indivíduos e oportuniza questionamentos, reflexões e discussões que resgatem a marca humana da sexualidade”.

Em algumas instituições de ensino a sexualidade é vista como algo que não deve ser explorado, devido aos desentendimentos da terminologia, a insegurança por não ter formação adequada para tal abordagem, ao medo de imbuir os próprios valores (mesmo que não tenha intenção) e ser contrário aos valores familiares dos alunos.

De acordo com os PCN (Brasil, 1998, p. 303) é “necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema.”. Portanto, é imprescindível, o desejo das instituições de ensino e das Secretarias de Educação que administram essas unidades, oferecer a esses profissionais, essa capacitação, a fim de que possam desempenhar com segurança seu trabalho e para que a sociedade possa identificar o papel científico e social da escola sendo cumpridos.

Faz parte da educação sexual esse processo de alfabetização para sexualidade, na escola este trabalho tem o objetivo de romper com as ideias engessadas construídas socialmente, formando uma pessoa consciente das relações sociais.

Para Maia e Ribeiro (2011, p.81), “a educação sexual nas escolas deve abranger, portanto, além das temáticas preventivas como saúde sexual e reprodutiva, discussões que

incluam os relacionamentos sociais, a cidadania e os direitos humanos, incluindo o respeito à diversidade sexual.”.

Sendo assim, é de extrema importância tornar a criança e o adolescente agentes conhecedores dos seus direitos, bem como fazê-los conscientes do seu corpo, pois se a criança for capaz de reconhecer comportamentos inadequados do adulto, ela poderá se defender ao se afastar da situação e realizar o relato a alguém, evitando que o abuso sexual se efetive (Brino & Williams, 2008).

É possível em diversos textos, como em Maia e Ribeiro (2011), Brittos, Santos e Gagliotto (2013), Figueiró (2018), observar o enfoque da educação sexual, para além das práticas biológicas da saúde sexual e reprodutiva, porém é preciso entender que estas também são de suma importância para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável e prazerosa. O conhecimento do corpo e das suas possibilidades são necessários para conhecer os seus próprios limites e os que serão impostos às pessoas a sua volta. Esse tipo de conhecimento é indispensável, por exemplo, para prevenção de doenças, gravidez indesejada e para o reconhecimento de um abuso sexual.

O importante é trazer o diálogo sobre sexualidade nos mais diversos ambientes, como nas escolas e nas famílias para que todos possam ter acesso aos conhecimentos, entendendo a importância da sexualidade na vida da pessoa.

Para Papalia e Feldman (2013):

A escola constitui uma experiência organizadora central na vida da maioria dos adolescentes. Ela oferece oportunidades para obter informação, aprender novas habilidades e aperfeiçoar as antigas; participar das atividades esportivas, artísticas e outras; explorar opções vocacionais; e fazer amigos. Amplia os horizontes intelectual e social. (p.411).

Para Ribeiro (2013) a educação sexual é fundamental, pois com ela é possível construir um espaço de diálogo capaz de diminuir a discriminação, o preconceito e a violência sexual, por meio do conhecimento do corpo, sua fisiologia e suas necessidades de prazer, bem como da aprendizagem em controlar as emoções não se tornando refém do sentimento de culpa.

A escola não deseja assumir o lugar da família na educação de seus filhos, mas sim auxiliar nesse processo formativo, nesse sentido, o desenvolvimento das práticas pedagógicas deve ser apresentado aos responsáveis, criando um laço de confiança entre as partes envolvidas, escola-família-discente.

Além da escola, existem outros meios seguros nos quais os adolescentes podem buscar referência e orientação para o esclarecimento de suas dúvidas, seja por meio de blogs e grupos de apoio nas redes sociais. Diversas Universidades que possuem o curso de Psicologia geralmente mantêm clínicas de atendimento à população. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Conselhos Tutelares também possuem profissionais, com assistente social e toda a rede de atendimento básico de saúde à disposição, que podem orientar o adolescente.

#### **4.1 Educação Sexual no Brasil**

Um dos campos privilegiados desta presença dá-se exatamente no campo da história, pois todos os dados historiográficos que retratam os diferentes momentos históricos de constituição social do Brasil referem-se sempre aos padrões éticos-sexuais próprios das culturas indígenas que aqui tinham logrado florescer.... Podemos imaginar a admiração e torpor que provocara na mente do lusitano medieval a naturalidade dos índios frente a sexualidade e todas as expressões corporais. (Nunes, 1996, p. 118).

A partir deste contexto, pode-se imaginar a estranheza do grupo português e o desenvolvimento de uma educação sexual informal, repressora e perversa sobre a sexualidade. (Nunes, 1996; Figueiró, 2010; Bueno & Ribeiro, 2018). Nesse contexto, Nunes (1996) afirma:

O que queremos destacar é a motivação para exploração que marcou profundamente a ética, ou a ausência dela, da colonização brasileira. Não havia compreensão básica da alteridade. O índio, o negro, não era ‘alguém, não era o ‘outro, sobre o qual pesasse qualquer respeito ou dignidade. (p.120).

Esse período opressor estendeu-se no Brasil até o século XIX, a quando a medicina ganhou espaço dentro de várias ciências. Esse momento culminou com a aliança das práticas médicas com a igreja, que era um dos pilares da administração da república. Aqui a medicina tornou patológico tudo que a igreja julgava ser pecado e por meio da confissão obrigatória dos fiéis tinha-se o controle das ações das pessoas. (Bueno & Ribeiro, 2018).

No século XX, que a repressão da sexualidade no Brasil começa a perder força e a educação sexual formal começa a obter espaço. Segundo Ribeiro (2009, p. 134) “a educação

sexual proposta nesse período visava esclarecer o indivíduo sobre a função da sexualidade, os mecanismos reprodutivos e o processo evolutivo.”.

Com a forte influência das concepções médico-higienista, de acordo com Bruschini e Barroso (1986) citado por Figueiró (2010):

Em 1915, a tese de Francisco Vasconcelos, intitulada: ‘Educação Sexual da Mulher’ falava da necessidade de uma educação sexual para combater à masturbação e às doenças venéreas (hoje denominadas DST), além de preparar da mulher para o papel de mãe e esposa. (p.93).

Aqui também houve um aumento na preocupação com o avanço da prostituição, uma vez que o objetivo central era a cobrança da mulher sobre o cuidado da saúde da família e educação das crianças.

Na escola, o papel da educação sexual era voltado ao biológico, com foco no funcionamento do corpo, na prevenção de doenças e da gravidez indesejada. Esse trabalho era realizado de maneira pontual, por meio de projetos ou quando a equipe da saúde achava necessário realizar o trabalho nas escolas. O desenvolvimento das relações sociais não era levado em consideração.

De acordo com Ribeiro (2009, p. 135), foi a partir de Cito Antônio Autregésilo (autor mais antigo, com obra publicada em 1919) e José de Albuquerque (autor com maior número de obras, sendo sua primeira publicação em 1928), a qual a sexualidade foi adentrando o Brasil e se tornando objeto de estudo científico.

Ribeiro (2009) nos informa que José de Albuquerque foi o pioneiro em escrever sobre educação sexual na escola, porque ele considerava fundamental na vida de qualquer pessoa. A partir desse período, outros cientistas e estudiosos foram despertando interesse para estudar e escrever sobre a sexualidade, embora inicialmente fosse voltada apenas para as questões biológicas e, posteriormente sendo vista também como um fator psicossocial.

Houve uma tentativa em 1930, de implementação da Educação Sexual no currículo escolar em uma escola no Rio de Janeiro, essa experiência perdurou até 1954 (Figueiró, 2010).

O movimento feminista desse período trouxe o despertar para projetos nas escolas, de proteção à infância e à maternidade. Desde então, vários movimentos sociais se espalharam pelo Brasil e no mundo, como nos mostra Bedin (2016, p.15):

A partir de 1960, movimentos sociais e políticos interferiram ou influenciaram transformações culturais em vários países, inclusive o Brasil. A Guerra do Vietnã, o movimento hippie, a Guerra da Argélia e as barricadas de Paris, o movimento estudantil pós Golpe de 1964, no Brasil, são alguns exemplos. (p.15).

Esses movimentos tinham por objetivo questionar a repressão da liberdade da pessoa, como um ser dotado de inúmeras facetas e com o direito a uma sexualidade livre de qualquer preconceito ou discriminação. Os movimentos feministas e homossexuais se unem e começam a ganhar espaço por meio de muita luta e embate com a sociedade repressora. No Brasil, de acordo com Bueno e Ribeiro, (2018, p.53) “no final da década de 1970, a liberação sexual trazia mudanças de comportamento e questionamentos sobre tabus, preconceitos e posturas conservadoras.”.

A educação sexual no Brasil passou por inúmeras mudanças e adaptações às necessidades de cada período: diversas propostas dessa educação foram elaboradas pelas próprias escolas e em alguns estados foram desenvolvidos programas para tal ação. Nas escolas, os projetos e orientações relacionados à sexualidade eram baseados nas dúvidas dos próprios alunos, sendo essas coletadas pelos professores, geralmente de ciências. (Bueno & Ribeiro, 2018). Muitas escolas particulares realizaram tentativas de implantar a educação sexual nos seus ambientes, porém sempre voltados para a moral e bons costumes e em consonância com permissividade dos pais.

É necessário que a sociedade compreenda a importância de se ensinar sobre os direitos à vida que toda criança e adolescente possuem, e ter conhecimento de que existem leis brasileiras que dão essa garantia como na lei nº 9.394/1996, lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (1996) e pelo ECA (Brasil, 1990). A LDBEN nº 9394/96 (Brasil, 1996) em seu Art.26 trata dos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e médio e com a complementação deles diante das realidades locais social, cultural e econômica e dos estudantes, diz no §9º que os:

Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (p.21).

E o art.32 (Brasil, 1996) da mesma lei trata do ensino fundamental de 9 anos com “objetivo de formação básica do cidadão” no §5 diz que o:

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei n o 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (p.24).

Embora já houvesse uma legislação que oferecesse abertura ao trabalho dos temas relacionados à sexualidade no ambiente escolar, ainda não havia um direcionamento sobre essas abordagens. Foi então que a proposta de inserir a sexualidade como um tema transversal no currículo escolar, por meio da elaboração dos PCN em 1997 veio contribuir para com os diálogos sobre sexualidade na escola. Sobre esse cenário Figueiró (2010, p.115) diz: “olhando para a nossa história, percebemos que a Educação Sexual, a considerar a partir das décadas de 1920 e 1930, evoluiu de uma Educação Sexual controladora de comportamentos para uma Educação Sexual formadora de pessoas.”.

Os materiais de orientação que norteiam as práticas pedagógicas em torno da educação sexual ganharam com os PCN o caderno de Orientação Sexual (Brasil, 1998), que é uma proposta interdisciplinar e que abrange a sexualidade do indivíduo. O caderno se apresenta da seguinte forma:

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (p. 287).

É importante entender que os PCN foram um avanço, uma forma de oferecer a liberdade de se abordar os temas da sexualidade dentro do contexto escolar, porém é necessário observar

que havia necessidade do investimento na formação desses profissionais, que até o momento, talvez não tivessem sido oportunizados o contato com esses estudos.

O documento nacional atual que dispõe sobre o currículo é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018a), no primeiro ano do ensino fundamental, é possível buscar observar a presença de conteúdos relativos a uma possível temática de educação sexual na disciplina de ciências, como pode ser analisado no Quadro 1.

## Quadro 1

*Ciências – 1º Ano*

Unidade Temática	Objeto de Conhecimento	Habilidades
Vida e Evolução	Corpo humano  Respeito à diversidade	(EF01CI02) Localizar, nomear e representar graficamente (por meio de desenhos) partes do corpo humano e explicar suas funções.  (EF01CI03) Discutir as razões pelas quais os hábitos de higiene do corpo (lavar as mãos antes de comer, escovar os dentes, limpar os olhos, o nariz e as orelhas etc.) são necessários para a manutenção da saúde.  (EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.

*Nota:* Parte do Quadro do 1º Ano do Ensino Fundamental, da disciplina de Ciências. Trecho retirado da BNCC. (Brasil, 2018a, p. 333).

É possível perceber a abordagem a conceitos ligados à anatomia e fisiologia do corpo humano. A habilidade EF01CI04 traz um contexto favorável, diante de um profissional capacitado para avançar nas concepções de sexualidade adequada a esse grupo de alunos.

Na BNCC, nos anos finais a sexualidade é abordada da seguinte forma (Brasil, 2018a):

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. (p.327).

Os anos finais do Ensino Fundamental são compostos pelos 6º, 7º, 8º e 9º anos, dentre esses a sexualidade na BNCC é abordada apenas no 8º ano e na disciplina de Ciências da Natureza como objeto de conhecimento e habilidade, conforme é possível verificar no Quadro 2.

## Quadro 2

## Ciências – 8º ano

Unidade Temática	Objeto de Conhecimento	Habilidades
Vida e Evolução	Mecanismos reprodutivos  Sexualidade	<p><b>(EF08CI07)</b> Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.</p> <p><b>(EF08CI08)</b> Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.</p> <p><b>(EF08CI09)</b> Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).</p> <p><b>(EF08CI10)</b> Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS) e discutir estratégias e métodos de prevenção.</p> <p><b>(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).</b></p>

*Nota:* Parte do Quadro do 8º Ano do Ensino Fundamental, da disciplina de Ciências. Trecho retirado da BNCC. (Brasil, 2018a, pp. 348-349).

Portanto, nas outras disciplinas e nos outros anos do fundamental o tema continuará a ser trabalhado como tema transversal. Assim como nas Ciências da Natureza, as outras disciplinas têm necessidade de formação dos profissionais para estarem capacitados a acrescentarem a sexualidade as suas aulas, de modo que venha ter significado conforme as indicações da BNCC.

Em meio aos lentos avanços, algumas universidades públicas e privadas oferecem cursos de especialização em educação sexual. Congressos voltados para essa temática, também ganharam espaço no cenário nacional, embora alguns deles se tornassem inviáveis devido aos custos de inscrição e viagem aos quais os profissionais têm que arcar.

Diante desse contexto, percebe-se que ainda há muito que se avançar no cenário nacional, não apenas no sentido de criação de documentos, mas no empenho de viabilizar a aplicação dos materiais que vão sendo desenvolvidos. Oferecer capacitação contínua a todos os profissionais da educação, para que possam desempenhar com segurança seu papel de educador.

#### **4.2 Educação Sexual no Estado de Mato Grosso**

O estado de Mato Grosso possui dentro das Orientações Curriculares (OCs/MT) (Mato Grosso, 2010) o caderno de Diversidades Educacionais, que aborda a “educação em direitos humanos, gênero e diversidade sexual”. Esse caderno é resultado dos movimentos sociais, oferecendo sugestões de como desenvolver as discussões em torno da sexualidade no ambiente escolar e como isso poderia ser introduzido ao currículo.

Partindo do Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014) e chegando ao Plano Estadual de Educação de Mato Grosso (PEE-MT) (Mato Grosso, 2014), que foi alterado no ano de 2014 por meio da lei nº. 10.111. O PEE-MT, elaborou 4 metas e diversas estratégias em concordância com o PNE, e a meta 2 é: “Aferir a qualidade da educação em 100% (cem por cento) das unidades de ensino do sistema estadual de educação até 2015.” (Mato Grosso, 2014). Para alcançar esse objetivo existem 35 estratégias, dentre elas, seguem aquelas relacionadas com o estudo e desenvolvimento de ações em torno da sexualidade (Mato Grosso, 2014):

13. Assegurar o desenvolvimento de projetos curriculares articulados com a base nacional comum, relacionados à Educação Ambiental, à Educação das Relações Étnico-Raciais e dos direitos humanos, gêneros, sexualidade e música.

(. . .)

33. Adotar medidas administrativas, pedagógicas e organizacionais necessárias para garantir ao estudante o acesso e a permanência na escola sem discriminação por motivo de identidade de gênero e orientação sexual.

34. Elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não discriminação por orientação sexual. (pp.2,4).

Cada município do estado desenvolveu o Plano Municipal de Educação em sintonia com o PNE (Brasil, 2014) e PEE-MT (Mato Grosso, 2014), de acordo com as necessidades locais.

De modo bem discreto, o tema sexualidade vem aparecendo em documentos oficiais, mas ainda, nada efetivo para a formação dos profissionais da educação e sensibilização da importância da sexualidade, bem como, a abordagem da prevenção da violência sexual nas diversas fases da vida.

O Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT) (Mato Grosso, 2018b, 2018c) foi desenvolvido conforme o caderno de Concepções para a Educação Básica do referido estado (Mato Grosso, 2018a). É nele que estão concentradas as justificativas e os objetivos que nortearam a construção e a implementação do DRC-MT. O livro de concepções foi pensado a partir da BNCC com o foco nas realidades do estado.

Encontramos nesse material alguns indícios de que a visão sobre sexualidade está um pouco mais avançada do que na BNCC, embora ainda de modo discreto e/ou anátomo-fisiológico, ele traz algumas discussões sobre a diversidade sexual, bem como a necessidade de abordar o respeito a todos os seres humanos, independente de orientação sexual, classe, gênero.

Sobre o posicionamento e a necessidade de educação na infância, as Concepções são as seguintes (Mato Grosso, 2018a):

Na infância, importantes aprendizagens são sistematizadas no espaço escolar, como a leitura, a escrita, a construção do pensamento lógico matemático, sendo básicas para outras etapas de desenvolvimento, como no caso da juventude compreendida hoje como uma categoria histórica que gera e é geradora de significações e significados que somente podem ser analisados à luz da própria sociedade. Deve ser pensada para além da idade cronológica, da puberdade e das transformações físicas que ela acarreta (conjunto de transformações fisiológicas ligadas à maturação sexual). (p.21).

No momento em que foi realizada essa leitura inicial, acredita-se que será mais um documento sem intenção de trazer para o ambiente de sala de aula, discussões tão importantes como, a emancipação da pessoa por meio da sexualidade, porém dentro desse livro existe um tópico para discutir a diversidade: “4.2. Questões de Gênero e Diversidade Sexual na Educação Básica” (Mato Grosso, 2018a), que se inicia com o seguinte parágrafo:

Em consonância às políticas nacionais e internacionais que asseguram os direitos humanos para a população de identidade e orientações lésbicas, gays, bissexuais travestis e transexuais, o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso, respaldado na Base Nacional Comum Curricular firma o compromisso em garantir todos os direitos de seus estudantes e profissionais da educação no que se refere às questões de gênero e diversidade sexual. (p.61).

Além disso, esse documento segue demonstrando que é de suma importância a educação sexual no ambiente escolar, com foco no respeito às diferenças, através do exercício dos direitos e deveres, e da valorização do desenvolvimento psicossocial da pessoa. Segundo o DRC/MT (Mato Grosso, 2018a):

É importante que a comunidade escolar compreenda a escola como um espaço e lugar de combate a todo tipo de violências causadas pelas diferenças sociais, sexuais, religiosas, étnicas, econômicas e de gênero. Todo tipo de violência causa prejuízos ao desenvolvimento físico e intelectual dos estudantes. (p.61).

Além da preocupação com o estudante, neste documento é possível perceber a preocupação que se tem com o relacionamento escola-família, pois traz a dificuldade que muitas famílias têm em abordar a sexualidade no seio do lar, depositando assim a confiança de que a escola o fará.

O DRC/MT (Mato Grosso, 2018a) deixa claro, na composição do texto que para o desenvolvimento de discussões relacionadas à sexualidade, é necessária reflexão e pesquisa sobre o tema, pois de acordo com o DRC/MT (Mato Grosso, 2018a):

A escola não se caracteriza por achismo e crenças pessoais. É antes de tudo um lugar de reflexão e pesquisa, com acompanhamento pedagógico de projetos e planos descritores, explicitando as competências de cada objetivo a ser alcançado. (p.63).

O texto ressalta também a importância da participação do professor na criação da proposta pedagógica, bem como a participação nos períodos de planejamento das ações que serão desempenhadas durante o ano letivo. Dentro desse contexto, o DRC/MT (Mato Grosso, 2018a) destaca a importância da coordenação pedagógica no acompanhamento e orientação na composição dos planos de aula.

Para que todo esse processo de preparação dos planejamentos e participação na elaboração aconteça, é necessário conhecimento aprofundado sobre sexualidade, uma vez, que o próprio DRC/MT (Mato Grosso, 2018a), nos mostra a complexidade e os cuidados no diálogo com os alunos. Nesse texto, que está sendo discutido “Questões de Gênero e Diversidade Sexual na Educação Básica”, fala sobre uma formação permanente de responsabilidade da escola. DRC/MT (Mato Grosso, 2018a) mostra que:

É de competência da escola a garantia de coerência ao tratar do tema de tão grande multiplicidade de valores analisando a melhor maneira de inserir esses diálogos como processo de formação permanente para todos/as os/as sujeitos/as envolvidos no processo educativo. (p.65).

Por ser um assunto de extrema relevância, a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, muito tem avançado nas discussões sobre a implantação da sexualidade no currículo escolar, embora ressalte a importância da formação e do planejamento, ainda precisa voltar o seu olhar para a necessidade de implementar cursos de formação específica em sexualidade, assumindo a responsabilidade gestora que tem perante as unidades e as comunidades escolares.

Um docente capacitado para o diálogo sobre sexualidade, muito pode contribuir para a prevenção da violência sexual na adolescência. Diante da importância do conhecimento, a próxima sessão tem a intenção de corroborar com o leitor através da apresentação dos conceitos violência sexual e com as terminologias que circundam esse tema. Demonstrando que o conhecimento é um importante instrumento de prevenção desse tipo de violência, que provoca danos físicos e psicológicos desastrosos na pessoa violentada.

## 5 PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Atualmente é possível verificar nos meios de comunicação inúmeras denúncias relacionadas à violência sexual. É possível ouvir, ainda, relatos de profissionais da saúde e educação, que existem inúmeras vítimas que não têm coragem de denunciar, por diversos motivos, exigindo desses profissionais um intenso trabalho de sensibilização e acolhimento, nesse processo doloroso.

A violência sexual não é um comportamento atual, acontece de longa data, porém devido aos incentivos à denúncia e a evolução dos meios de comunicação, assim, percebe-se o quanto presente está na vida das famílias, independentemente de sexo ou idade. É possível acompanhar nos noticiários, diariamente, embora se saiba que muitos ainda não realizam a denúncia, seja por medo das ameaças que recebem, ou porque não reconhecerem o comportamento como violência sexual.

Nunes (1996) mostra que desde o descobrimento do Brasil, a violência sexual vem ocasionando danos físicos e psicológicos na vida de muitas pessoas, isso ainda está presente no país, quando diz que:

Até o horizonte motivador da aventura portuguesa além-mar constituía-se a perspectiva de uma ampla exploração sexual paradisíaca em outras terras e outros mundos. (...) Neste horizonte de exploração e negação de toda alteridade, a colonização portuguesa também reservou um capítulo perverso sobre a sexualidade dos oprimidos. A índia, a mulher negra, as crianças e os escravos eram objetos ao dispor do senhorio, isto incorporando as satisfações de ordem sexual. (pp.119-120).

Desde então as tentativas de proteção e prevenção das vítimas em potencial eram ações isoladas, foi a partir da década de 1980 que a pauta da violência sexual começou a ganhar espaço nos debates e na articulação em nível nacional, com o surgimento de organizações nacionais de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, um deles foi o Fórum Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Santos & Ippolito, 2011).

A criação das Instituições de Atenção às Violências Infantis contribuiu para dar visibilidade ao cenário da violência sexual. Na década de 1990, a inserção dos direitos da criança e do adolescente na Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) e a criação do ECA (Brasil, 1990), contribuiu para um olhar cuidadoso sobre a vulnerabilidade dessas pessoas.

Alguns marcos importantes que ocorreram a partir da década de 1990 que consolidaram o tema: Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA); realização da CPI da Prostituição Infantil; lançamento da Campanha Nacional pelo fim da Exploração, Violência e do Turismo Sexual Contra Crianças e Adolescentes; criação da Rede de Informação sobre Violência Sexual Infanto Juvenil (RECRIA); Aprovação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; criação do Programa de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Instauração do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes; criação do Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes em Território Brasileiro; início do gerenciamento do serviço de Disque-Denúncia para casos de violência e maus-tratos contra crianças e adolescentes; lançamento do Guia Escolar: métodos para identificação e sinais de abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes; lançamento do Programa Escola que Protege; Aprovação pelo Congresso Nacional da lei 11.525 de 25 de setembro de 2007 (2007) que acrescentou à LDBEN 9394/96 a inclusão de conteúdos sobre os direitos das crianças e dos adolescentes no currículo; lançamento da 3ª ed. do Guia Escolar. (Santos & Ippolito, 2011).

Segundo o ECA (Brasil, 1990), as formas de violência sexual contra a criança e ao adolescente são expressas no Art.4º como:

III – violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros;

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico;

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante

ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento 209 Lei nº 8.069, de 13 de 1990 de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação. (p.208).

Em 2004, o Governo Federal lançou a primeira edição do “Guia escolar: métodos de identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes”, como uma das ações das políticas públicas voltadas à prevenção desse tipo de violência. Na terceira edição, o “Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes” (Santos & Ippolito, 2011), que é uma reestruturação do projeto inicial, mostra os dados do Disque-Denúncia do primeiro semestre de 2010, no qual a violência sexual se encontrava em primeiro lugar no ranking, sendo que 65,08% destes, referiam-se a casos de abuso sexual. Na análise do perfil de crianças e adolescentes, os mais vitimizados são as meninas com faixa etária entre 7 e 14 anos.

De acordo com a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos Humanos (Brasil, 2016), o Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos, realizado em 2016, mostra índices preocupantes como demonstrado a seguir:

## Quadro 03

*Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos, 2016.*

ANO	NEGLIGÊNCIA	VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	VIOLÊNCIA FÍSICA	VIOLÊNCIA SEXUAL	OUTRAS VIOLAÇÕES	Total
2015	36,6%	23%	24,5%	11%	4,8%	100%
2016	37,6%	23,4%	22,2%	10,9%	6%	100%
2015	58.567	36.794	39.164	17.583	7.739	159.847
2016	54.304	33.860	32.040	15.707	8.669	144.580

*Nota:* (Brasil, 2016, p.15).

Na contemporaneidade, com a capacidade de alcance das redes de comunicação, as informações estão mais acessíveis e com isso é notória a exposição dos casos de abuso sexual. Houve um aumento significativo nas denúncias, 2016 foi de 15.707 e 2017 foram 20.330 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes (Brasil, 2016, 2018b).

Em 2018, o relatório anual do Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos, teve um tópico voltado para a violência sexual contra crianças e adolescentes, no qual retrata os índices de abuso, exploração e outras violações sexuais (Brasil, 2019):

O maior índice relacionado ao abuso sexual com 78,5%, seguido de exploração sexual com 15,7% e outras violações (como grooming, sexting, exploração sexual no turismo etc), com 14,8% [...]. É importante explicar que, a soma do percentual acima informado ultrapassa os 100%, pelo fato que uma denúncia pode conter mais de uma violação. (p.20).

Bueno, Pereira e Neme (2019) mostram que nos anos de 2017 e 2018 as meninas de 13 anos e os meninos de 7 anos foram as maiores vítimas de violência sexual, conforme mostra o gráfico 1 a seguir. Os dados parecem ressaltar que durante a infância e a adolescência há muita vulnerabilidade.



Figura 1: Gráficos *Vítimas de estupro e estupro de vulneráveis, sexo feminino e masculino e idade. Brasil, 2017 e 2018.* (Bueno, Pereira, & Neme, 2019, p.117).

Segundo o Balanço das Denúncias de Violações de Direitos Humanos de 2019 (Brasil, 2020, p. 42) “o Disque 100<sup>2</sup> registrou 86.837 denúncias de violações de direitos humanos contra crianças e adolescentes (14% superior em relação a 2018)”. Desses registros, 11% são de violência sexual.

Estes dados são indicativos do quão necessária é a disseminação de diálogos sobre a sexualidade saudável e as formas de identificação do possível abusador, como: a análise do comportamento, o que faz e deixa de fazer, que são considerados indícios de violentador. A família, a escola e a comunidade são responsáveis por favorecer um ambiente seguro que possibilitem à criança e ao adolescente não se tornarem vítimas física e psicológica dessa violência.

Brino e Williams (2008) afirmam:

A despeito da visibilidade que a questão do abuso sexual tem alcançado nos meios de comunicação atualmente, a discussão sobre como reconhecer, denunciar e lidar com suspeitas ou confirmações de que uma criança esteja sendo abusada sexualmente ainda parece tímida e não faz parte, consistentemente, das esferas da educação e da saúde (p.210).

<sup>2</sup> Agência Brasil. (2019, 14 de maio). *Disque 100: Denúncias de violação a direitos de crianças caem em 2018.* [IstoÉ]. Recuperado de <https://istoe.com.br/disque-100-denuncias-de-violacao-a-direitos-de-criancas-caem-em-2018-2/>.

Nesse sentido, a educação sexual para uma vivência mais expressiva e segura da sexualidade, necessita obter espaço junto às famílias, instituições de ensino e programas governamentais, com o objetivo de capacitação para informar, bem como oferecer formas de identificar e prevenir o adolescente, das situações de exposição à violência sexual, ou mesmo indicar um caminho para se defender e encorajar a denúncia, se já estiver exposto a tal violência.

Materiais de orientação e apoio como O Guia Escolar são muito importantes para direcionar os profissionais da educação em como identificar e proceder em caso de identificação positiva das vítimas de abuso sexual, ou mesmo quando estão expostos a tal sofrimento. Tão importante quanto ter o material, é a possibilidade de ser capacitado para fazer uso dele. Brino e Williams (2008), afirmam sobre a primeira edição do Guia Escolar de 2004 que:

O material foi distribuído para as escolas e contém informações acerca da prevenção do abuso sexual. No entanto, não foram desenvolvidos programas que utilizassem o guia, ficando a decisão sobre o uso ou não deste a critério dos profissionais. Além disso, também não foram criadas medidas avaliativas sobre a eficácia da distribuição do mesmo para as escolas. (p. 210).

Abuso sexual é um tema envolto por preconceitos, medos e tabus, portanto, demonstra a necessidade de apresentação do guia para os profissionais da educação por meio de um treinamento, para que possam estar confiantes em identificar qualquer traço dessa violência e agir com segurança na tomada de decisão. Nesse sentido, o conhecimento também oferece ao educador a possibilidade de acolher de modo cuidadoso essa criança ou adolescente que teve sua sexualidade agredida.

Tornar o adolescente conhecedor dos seus direitos e consciente do seu corpo é uma das formas de prevenir a violência sexual, uma vez que sendo capaz de reconhecer as atitudes de um violentador, o adolescente pode elaborar meios de se esquivar, conversar com um responsável sobre a desconfiança e até denunciar o abusador.

O PNE foi criado em 1962, o novo plano 2014-2024, foi aprovado pela lei nº 13.005/2014 e tem uma vigência de 10 anos. Para que os objetivos fossem alcançados, foram

pensadas 20 Metas, onde cada uma delas possuem estratégias para seu sucesso. As metas e estratégias estão disponíveis no site do MEC<sup>3</sup> (Brasil, 2014):

A Meta 7 (Brasil, 2014) é “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.”. Para que essa meta fosse alcançada foram estabelecidas 36 estratégias, a 23 demonstra a importância da capacitação dos profissionais da educação para a identificação dos sinais de violência, inclusive da violência sexual, (Brasil, 2014):

7.23) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade. (p.9).

Sendo assim, infere-se que o conhecimento é uma bússola que pode indicar a direção a seguir. Para a prevenção da violência sexual, ele é fundamental, assim como foi pertinente para o desenvolvimento dessa pesquisa. Por isso que a próxima seção visa mostrar o que tem sido pesquisado em torno da temática exposta durante esse trabalho.

---

<sup>3</sup> Site do MEC: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>.

## 6 REVISÃO DE LITERATURA

A construção do conhecimento científico não acontece de forma isolada, porque desde os primórdios da humanidade, o ser humano vem desenvolvendo a capacidade de raciocínio através das inquietações para melhorar o ambiente ao redor ou mesmo ao questionar a própria existência. Conhecer o que já é conhecido, o que deu certo e o que houve necessidade de correção, é fundamental na pesquisa científica, pois são informações que podem auxiliar na direção e no método de trabalho, são como ponto de partida ou como a continuação de uma história.

Dentro desse pensamento, a revisão de literatura é considerada de fundamental importância no trabalho científico, é um método que traz a superfície o que se tem pesquisado em torno de uma temática. Para Gil (2019, p. 74) essa é uma “etapa das mais importantes no planejamento de pesquisas acadêmicas, é constituída pela revisão de literatura, que pode ser definida como um relato acerca do que foi publicado em relação ao tema que está sendo pesquisado”.

A revisão de literatura possui grande valor para o desenvolvimento de todo conhecimento e contextualização desta pesquisa, por isso foi realizado um levantamento das publicações que tem relação com o objetivo, para validar a relevância social e científica, ao mesmo tempo demonstrar a necessidade de mais estudo e aplicação de práticas ligada à temática estudada. As fontes de análise utilizadas foram os sites: Catálogo de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library (SCIELO) e Domínio Público. Para refinar os resultados, as buscas estavam limitadas às dissertações e teses das Ciências Humanas, na área de Educação, entre anos de 2010 a 2020. As palavras-chave usadas foram: adolescência + violência sexual, abuso sexual + adolescentes, prevenção de violência sexual + adolescentes. A partir desse ponto, foram realizadas diversas leituras nos trabalhos encontrados, sendo selecionados apenas os que tinham proximidade com o objetivo desta pesquisa. Esses estão apresentados no Quadro 4.

Quadro 4

*Enfrentamento da violência sexual contra adolescentes no contexto escolar.*

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR/ANO</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE</b>	<b>INTITUIÇÃO</b>
A) A participação das escolas de ensino fundamental de Breves-PA no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes.	Leonildo Nazareno do Amaral Guedes, 2012	Exploração sexual. Rede de proteção. Currículo escolar. Formação docente.	Universidade Federal do Pará
B) Violência sexual contra crianças e adolescentes: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento.	Aricelma Costa Ibiapina, 2013	Abuso e Exploração Sexual. Crianças e Adolescentes. Políticas Públicas. Currículo Escolar. Formação de Educadores.	Universidade Federal do Pará
C) Gritos do silêncio: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar.	Ana Carla Vagliati, 2014	Sexualidade e formação de professores. Violência Sexual. Educação Sexual Emancipatória. Psicanálise. Políticas Públicas.	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
D) Educação sexual: práticas pedagógicas em aulas de ciências de escolas da diretoria de ensino de Votorantim/SP.	Viviani Aparecida Da Silva Rodrigues, 2015	Educação Sexual. Formação docente. Aulas de Ciências.	Universidade Federal de São Carlos
E) A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (PA).	Marilene Maria Aquino Castro de Barros, 2016	Escolas. Ação de Enfrentamento. Exploração sexual. Crianças e Adolescentes.	Universidade Federal do Pará
F) Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na escola dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras-MA.	Cleumir Pereira Leal, 2016	Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Escola. Formação de Educadores. Ações de enfrentamento.	Universidade Federal do Pará

G) Análise da formação e da prática em educação sexual de professores/as de ciências e biologia de escolas estaduais de Macapá/AP.	Izelma De Souza Costa, 2016	Educação sexual. Formação de professor/a. Ciências e Biologia.	Universidade Estadual Paulista
H) Concepções de profissionais da educação e saúde em sexualidade: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual em Abaetetuba-PA.	Suellen Silva Rodrigues, 2017	Formação. Sexualidade. Professor. Profissionais de saúde.	Universidade Estadual Paulista

*Nota:* dissertações e teses utilizadas para a contextualização desta pesquisa. Elaboração própria.

No Quadro 4 é possível visualizar quatro trabalhos, A - Guedes (2012), B - Ibiapina (2013), E - Barros (2016), F - Leal (2016), que foram desenvolvidos dentro do programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) em Educação da Universidade Federal do Pará, onde duas pesquisas aconteceram no próprio estado e duas no estado do Maranhão. A dissertação H – Rodrigues (2017) também foi desenvolvida no estado do Pará por meio do programa da pós-graduação (mestrado) em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”. Tal informação é considerada pertinente para o despertar de uma região para o enfrentamento de uma das violências que apresentam imensuráveis consequências, tanto físicas como psicológicas, uma vez que pelo Brasil ainda há pouco estudo sobre educação sexual voltada para este sentido. Além das motivações dos próprios pesquisadores (A), (B), (E) e (F), todos eles participavam do programa pós da Universidade do Pará e faziam parte do Grupo de estudos e pesquisas sobre currículo e formação de professores na perspectiva da inclusão (INCLUDERE), sob orientação do Professor Doutor Genylton Odilon Rêgo da Rocha, em que desenvolviam atividades de ensino, pesquisa e extensão em algumas cidades paraense (A e E) e maranhense (B e F).

Guedes (2012) e Barros (2016), buscavam em suas pesquisas analisar as ações de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes nas escolas no estado do Pará. Leal (2016) e Ibiapina (2013), desenvolveram suas pesquisas com o objetivo semelhante em escolas no estado do Maranhão. Todos os pesquisadores tiveram suas motivações pautadas no contato com informações e atuação em torno da temática. Guedes (2012) teve como impulso a

exposição da cidade na mídia nacional por causa da exploração sexual de crianças e adolescentes por um bispo local. Barros (2016) identificou a contribuição no aumento da violência sexual (abuso e exploração) por meio da mudança econômica, cultural e social com a chegada de uma mineradora na cidade pesquisada. Leal (2016) foi motivada pela construção profissional e pessoal que teve, por meio de participação em programas com foco nos direitos e proteção de crianças e adolescentes. E por fim, Ibiapina (2013) teve sua motivação em atuar no enfrentamento da violência sexual por meio das redações e desenhos dos alunos na escola em que atuava e posterior quando ingressou no mestrado, escolheu a cidade de Imperatriz como loco da pesquisa pelo número de casos e por ser o seu lugar de vivências.

Dessa forma, foi por meio do trabalho de Guedes (2012) foi possível perceber que existe o desenvolvimento de ações nas escolas em questão, porque abordavam o abuso e a exploração sexual, por serem componentes curriculares, embora o enfrentamento propriamente dito seja voltado para o abuso sexual, sendo insuficiente a abordagem do tema exploração sexual. No decorrer da leitura, foi possível identificar um processo inicial de desenvolvimento do conhecimento e sensibilização através de cursos e palestras realizadas no município com os profissionais da educação. Embora o autor relatou que, na maioria das vezes, quem participava desses momentos de trocas de informações eram os gestores e coordenadores. Ele afirmou que é necessário que haja uma expansão dessas práticas realizadas para que todos os profissionais possam ser contemplados com a formação necessária para o trabalho docente. Ibiapina (2013) chegou a uma conclusão semelhante a Guedes (2012), pois a escola investigada apresentava em seu currículo, de forma disciplinar estudos sobre abuso e exploração sexual através dos planos de aulas e projetos, porém o que faltava era a capacitação satisfatória dos profissionais da educação que estão em contato direto com essas crianças e adolescentes.

Barros (2016) mostrou que devido à identificação da vulnerabilidade nas questões de exploração e abuso sexual, o município estudado, bem como o estado do Pará, desenvolvia medidas com a intenção de combater e prevenir tal fenômeno, acrescentando no currículo escolar informações que possam auxiliar nas discussões e esclarecimento sobre o assunto nessa realidade posta. Ainda que houvessem diversas manifestações, os professores que estavam na linha de frente, não eram agentes participantes dessa rede, assim, não chegava até eles, todo esse processo de formação das ações de enfrentamento, por isso a pesquisadora percebeu que as unidades escolares eram muito tímidas na efetivação de tal ações, realizando apenas movimentos pontuais, mostrando que mais uma vez a falta de informação e formação eram um dos empecilhos para que a proteção dos direitos das crianças e adolescentes não fossem efetivado.

Leal (2016) defendeu em sua dissertação, que assim como inúmeras escolas brasileiras necessitam de formação específica em educação sexual, para o desenvolvimento de um trabalho contínuo, essa necessidade era real em Mangabeiras também. Mesmo que a rede municipal tivesse uma formação continuada articulada, ainda era preciso acrescentar na pauta o enfrentamento contra a violência sexual. As escolas analisadas recebiam materiais dos CREAS e palestras pontuais relacionados ao dia 18 de maio, para desenvolverem com os alunos atividades também pontuais relacionadas a essa data, fazendo com que esse assunto, que deveria ser de abordagem contínua, permanecesse centrado apenas em um período do ano. Essa situação mostrou que o tema é visto como algo importante e que embora não tivesse uma formação específica, as unidades de ensino analisadas, expressavam o desejo de abordar de maneira disciplinar esse assunto, uma vez que a sexualidade está presente no PPP da escola. Leal (2016) apresentou reflexões sobre a importância do conhecimento teórico para o desenvolvimento da prática, que por vezes falta na educação.

Rodrigues (2017) trouxe em sua pesquisa a importância da associação do profissional da educação e da saúde no que tange a educação sexual voltada para emancipação da pessoa, pois o seu objetivo foi “averiguar as demandas dos profissionais da educação e saúde relativas à sexualidade e educação sexual”, então, desenvolver propostas de intervenção para esses profissionais. Foi notório nos resultados dessa pesquisa a importância da formação inicial e continuada para professores e profissionais da saúde, assim como a todos os trabalhos do Quadro 4, pois através dessa formação, a informação pode modificar as concepções preestabelecidas, que muitas vezes podem dificultar o desenvolvimento do trabalho nessa área. Esse conhecimento poderia ser utilizado para mostrar as famílias o quão importante era abordar questões relacionadas à sexualidade, porque segundo a autora, a falta de apoio das famílias era um dos obstáculos a serem superados por esses profissionais. Outra fragilidade apontada nessa dissertação foi a falta de diálogo e atividades conjuntas da educação e saúde, com finalidades preventivas e contínuas, ficando apenas em torno de algumas ações pontuais e específicas algumas vezes no ano.

Uma inquietação que essa revisão proporcionou foi a movimentação do enfrentamento da violência sexual no estado do Pará. Isso levou a questionamentos sobre as atividades desenvolvidas nos outros estados brasileiros. Se estão acontecendo e de que forma estão sendo divulgadas essas ações que se apresentam com tamanha relevância social.

Na dissertação *Gritos do Silêncio*, Vagliati (2014) retratou a quão velada é a voz dos profissionais que identificam a necessidade de conhecer, reconhecer e saber como agir diante da violência sexual, nesse caso, com crianças e adolescentes. Em sua pesquisa, ela buscou

escolas que recebiam alunos que sofreram algum tipo de violência sexual no intuito de conhecer como as escolas agiam frente a esse fenômeno. Para alcançar seu objetivo, ela realizou entrevistas com a finalidade de verificar o conhecimento do profissional em relação à violência sexual, as políticas governamentais e a necessidade de formação sobre o assunto. Essa pesquisa ocorreu no estado do Paraná.

De maneira análoga, observa-se que Costa (2016) e Rodrigues (2015), embora suas pesquisas tenham sido realizadas longínquas uma da outra, seus objetivos se apresentaram de forma semelhante, pois ambas buscavam conhecer a formação e a prática em educação sexual. Costa (2016) buscou conhecer esse processo com os/as professores/as de Ciências e Biologia de algumas escolas estaduais de Macapá/AP, e Rodrigues (2015), verificou a formação e a prática docente dos professores de Ciências. Foi objetivo de Rodrigues (2015) também, verificar de que forma a formação continuada interferia nas concepções e ações nas aulas em Votorantim/SP. As duas conclusões se entrelaçaram na abordagem do conteúdo apenas no aspecto biológico do ser humano, não levando em consideração as questões psicossociais que fazem parte da sexualidade humana. Costa (2016) registrou em sua pesquisa que a secretaria de educação do Amapá possui um setor específico para auxiliar os professores sobre as abordagens da sexualidade, porém na prática não existia nada efetivo. Rodrigues (2015) verificou que os profissionais da educação que participaram da pesquisa demonstravam interesse sobre o assunto, porém apresentavam insegurança pautada no medo, preconceitos e tabus frente aos adolescentes, justificando a falta de respaldo no currículo, e, portanto, deixando como sugestão da pesquisadora uma revisão dessa ferramenta escolar. A formação continuada com capacitação para abordar educação sexual é uma sugestão deixada nas duas dissertações, e Costa (2016) reforçou a necessidade de mais pesquisas que possam subsidiar os desenvolvimentos das práticas educativas em sexualidade.

Todas essas dissertações e teses nos mostraram que há pesquisas nessa área de conhecimento, embora ainda tenha muito que se conhecer, há programas dos governos e movimentação da sociedade civil, como exemplo, o estado do Pará, porém essas movimentações nem sempre chegam às unidades de educação básica, local esse, que auxilia na formação psicossocial da pessoa.

Além das dissertações e teses, foi encontrado um artigo que trouxe à tona uma situação que levou a escolha desse mestrado e em especial do objetivo dessa pesquisa. Oliveira, Silva e Maio (2020) relembram que em 2018 o site do G1 Mato Grosso noticiou:

(. . .) crianças denunciaram estupro após assistirem a uma palestra na escola, sobre abuso sexual no município de Jaciara/MT. De acordo com a publicação, duas crianças de 10 anos de idade – que são primas – relataram à professora que vinham sofrendo abuso sexual de um conhecido da família. (p.14).

Partindo dessa fonte, resolvi procurar outras notícias que poderiam demonstrar a validade da ação no ambiente escolar. Encontrei:

- Menina de 14 anos denuncia estupro após assistir palestra. (FolhaBV, em 16/09/2019)<sup>4</sup>;
- Menina denuncia pai por abuso após assistir a palestra sobre violência sexual. (Jornal de Brasília, em 08/10/2019)<sup>5</sup>;
- Uma menina de onze anos denunciou o padrasto por abuso sexual em Villa Velha, na região metropolitana de Vitória (ES), após assistir a uma palestra sobre violência sexual na escola pública onde estuda. (Yahoo/notícias, em 28/11/2018)<sup>6</sup>.

Sendo assim, indaga-se sobre quantas outras denúncias foram realizadas através da intervenção da escola e que não foram noticiadas na mídia. Demonstrando quão essencial é o papel da escola nesse processo de proteção e prevenção por meio do conhecimento e do acolhimento das dores dos violentados. As notícias supracitadas mostraram que a escola para essas crianças foram a libertação do sacrifício sofrido pela violência sexual e quantas outras conseguiram se esquivar desse mal através dessas mesmas palestras.

Partindo da importância da revisão da literatura e da reportagem mencionadas anteriormente, sobre a denúncia no estado de Mato Grosso, é que foi desenvolvida a próxima sessão, que apresenta como está a pesquisa dessa temática no Estado em evidência nesta pesquisa.

---

<sup>4</sup> *Menina de 14 anos denuncia estupro após assistir palestra.* [FolhaBV]. <https://folhabv.com.br/noticia/POLICIA/Ocorrencias/Menina-de-14-anos-denuncia-estupro-apos-assistir-palestra/57385><https://folhabv.com.br/noticia/POLICIA/Ocorrencias/Menina-de-14-anos-denuncia-estupro-apos-assistir-palestra/57385>.

<sup>5</sup> Matos, W. (2019, 8 de outubro). *Menina denuncia pai por abuso após assistir a palestra sobre violência sexual.* [Jornal de Brasília]. Recuperado de <https://jornaldebrasil.com.br/nahorah/menina-denuncia-pai-por-abuso-apos-assistir-a-palestra-sobre-violencia-sexual/>.

<sup>6</sup> Após assistir palestra sobre violência sexual. (2018, 28 de novembro). [Yahoo!Notícias]. Recuperado de <https://br.noticias.yahoo.com/apos-assistir-palestra-sobre-violencia-sexual-crianca-de-11-anos-denuncia-padrasto-por-estupro-113829507.html>.

## **6.1 Revisão de Literatura em Mato Grosso**

Identificar a produção científica no Estado de Mato Grosso (MT) tem o objetivo de aproximar esta pesquisa do contexto social e acadêmico desse Estado. Os descritores utilizados aqui foram: adolescência + violência sexual + Mato Grosso, abuso sexual + adolescentes+ Mato Grosso, prevenção de violência sexual + adolescentes + Mato Grosso. Essa busca foi realizada nos sites das de domínio público como o Google Acadêmico e Universidades Públicas de MT, sendo elas UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso) e UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso). O Quadro 5 mostra o resultado dessa busca.

## Quadro 5

*Contextualização desta pesquisa em Mato Grosso*

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTOR/ANO</b>	<b>PALAVRAS-CHAVE</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>
(I) Narrativas Silenciadas.	Admilson Mário de Assunção, 2011.	Narrativas. Abuso e violência sexual. Fenomenologia. História de vida.	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
(J) A constituição dos sujeitos e dos sentidos nas campanhas oficiais de combate ao abuso e à exploração sexual infantil.	Elenice Pereira de Souza Gil, 2015.	Análise do discurso. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Campanhas Públicas de combate à violência contra o menor.	Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat
(K) Políticas públicas sobre sexualidade e educação em Mato Grosso: os casos de Primavera do Leste e Ribeirão Cascalheiras (1990-2015).	Sérgio da Silva Machado Junior, 2016.	Educação. Gênero. Políticas públicas. Sexualidade.	Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
(L) Produto educacional: Roteiro para trabalhar educação em Sexualidade na educação infantil.	Leize Lima de Oliveira, Debora Erileia Pedrotti Mansilla, 2017.		Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
(M) Sexualidade na perspectiva do ensino: concepções e Relatos das práticas de profissionais da educação.	Gilcinéia Gonçalves Ferreira, 2020.	Temas transversais. Formação continuada. Práticas pedagógicas.	Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat

*Nota:* Dissertações e teses utilizadas para a contextualização desta pesquisa no cenário mato-grossense. Elaboração própria.

Os trabalhos que se encontram no Quadro 5, não são resultados de uma seleção, pois diante dos descritores acima citados, foram as produções científicas (dissertações e teses) encontradas nessa busca. Portanto, embora não tenham uma relação direta com o objetivo desta pesquisa, é pertinente tê-los aqui, como uma forma de alerta a necessidade de pesquisas no campo da educação sexual em MT, voltada para a prevenção da violência sexual na adolescência no contexto escolar.

No Quadro 5, as dissertações de J - Gil (2015) e M - Ferreira (2020), foram resultados de pesquisas desenvolvidas no programa de pós-graduação da UNEMAT, para obtenção do título de mestre em Linguística e História, respectivamente. Gil (2015, p.14) teve por objetivo “analisar discursivamente como se constituem os sentidos de proteção nas campanhas publicitárias de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.”. E Ferreira (2020, p.25) objetivou “identificar e compreender como se efetivam as abordagens sobre a sexualidade nas práticas pedagógicas dos/as professores/as que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental em uma escola no estado do Mato Grosso, Brasil.”.

Ferreira (2020) em sua abordagem apresentou relação com esta pesquisa, pois buscou refletir a atuação do docente sobre sexualidade, embora a pesquisadora tenha optado pelo ensino fundamental I e eu pelo fundamental II.

As dissertações de I - Assunção (2011) e de K – Machado (2016), e o produto educacional de L - Oliveira e Mansilla (2017) são frutos da UFMT, dos programas de pós-graduação em educação, história e de ensino de ciências naturais, respectivamente.

Assunção (2011, p.12) propôs em seu trabalho “relatar a história de um rapaz que desde a infância esteve inserido num contexto infortúnio de empobrecimento financeiro, de desarticulação familiar, de abuso sexual e demais sorte de violências físicas e psíquicas que a sua experiência revelou.”.

Machado (2016, p.5) fez uma análise dos “processos de formação e efetivação em normativas de políticas de educação pública sobre sexualidade no Estado de Mato Grosso”, incluindo em suas análises duas cidades do interior mato-grossense: Primavera do Leste e Ribeirão Cascalheiras, seu enfoque dentro da temática foi o uso do nome social e do banheiro de acordo com a orientação sexual. E Oliveira e Mansilla (2017), desenvolveram um e-book como ferramenta de auxílio aos professores para abordar educação em sexualidade com crianças.

É importante o despertar dos profissionais da educação, como aconteceu em uma escola no município de Sinop, localizada a 500 km da capital Cuiabá, em que uma colaboradora levou para a formação continuada a ideia de desenvolver um projeto com a finalidade de construir uma rede de proteção contra a violência sexual. Essa ação recebeu o nome de: “Fale por Mim: Rede de Proteção e Defesa Contra o Abuso Sexual Infante-juvenil” (Peldiak, Cervantes, & Santos, 2020), o artigo está disponível na Revista Eletrônica de Educação do Norte de Mato Grosso (REENOMA). Essa revista foi criada pelo Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Sinop (CEFAPRO - Sinop) com a intenção de levar os

profissionais da educação do polo de atuação a publicarem as ações desenvolvidas nas escolas para que toda a comunidade pudesse visualizar as contribuições das práticas pedagógicas.

As acadêmicas de enfermagem Peixoto, Modestos, Santos, Curvo e Morales (2018) mostraram as ações que desenvolveram em uma creche por meio do resumo “prevenir a violência sexual na infância, através de Teatro de Fantoche para conversar sobre a temática *Rompendo o silêncio*, encaminhado para os anais 79ª Semana Brasileira de Enfermagem-ABEn-MT.

É válido ressaltar ainda, que há o projeto *Quebrando o Silêncio*, da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que a cada ano, desde 2015, se propõe a tratar da prevenção da violência doméstica e infanto juvenil, onde fez em suas campanhas um movimento contra a violência sexual de crianças e adolescentes, em 2019.

## **7 MÉTODO**

### **7.1 Justificava Metodológica**

Este estudo de caso utilizou o método misto para alcançar os objetivos propostos, que segundo Creswell e Clark (2013) é um tipo de investigação que combina os subsídios de pesquisa quantitativa e qualitativa com objetivo de expandir e aprofundar a compreensão do fenômeno em questão. Para Gil (2019, p.67), existem muitas discussões sobre esse tipo de pesquisa, por isso o autor apresenta seis possíveis justificativas para a utilização de tal método:

1- quando uma única fonte de dados (quantitativa ou qualitativa) for insuficiente; 2- quando se percebe a necessidade de explicar os resultados iniciais de uma pesquisa quantitativa ou qualitativa; 3- quando existe uma necessidade de generalizar os achados exploratórios; 4- quando existe a necessidade de aperfeiçoar o estudo com um segundo método; 5- quando existe uma necessidade de empregar melhor uma postura teórica; 6- quando existe uma necessidade de entender um objetivo da pesquisa por meio de múltiplas fases.

Creswell e Clark (2013, p.28) defendem que:

A pesquisa de métodos mistos é ‘prática’ no sentido de que o pesquisador está livre para usar todos os métodos possíveis para abordar um problema de pesquisa. É também ‘prática’ porque os indivíduos tendem a resolver os problemas usando tanto números quanto palavras, combinam o pensamento indutivo e o dedutivo, empregam as habilidades em observar as pessoas e também em registrar seu comportamento.

Nesta pesquisa, o método misto foi delineado pelo projeto incorporado que de acordo com Creswell e Clark (2013, p.75) “o pesquisador pode acrescentar um elemento qualitativo dentro de um projeto quantitativo, como um experimento, ou adicionar um elemento quantitativo dentro de um projeto qualitativo, como um estudo de caso.”

#### ***7.1.1 Pesquisa Quantitativa***

Sobre a pesquisa quantitativa Papalia e Feldman (2013) nos informam que é um método que trata os dados que podem ser medidos, podem responder questionamentos como quanto este tipo de procedimento pode também incluir análises estatísticas. Gil (2019, p.57) complementa esse conhecimento quando afirma que a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo uso de números e medidas estatísticas que permitem “descrever populações e fenômenos e verificar a existência de relação entre variáveis”.

Este tipo de pesquisa, segundo Berto e Nakano (2000, p.66):

Baseiam-se em métodos lógico-dedutivos, buscam explicar relações de causa/efeito e, através da generalização de resultados, possibilitar replicações. Privilegiam estudos do tipo "antes e depois", propiciando análises estáticas e instantâneas da realidade como se fossem fotografias. Têm ainda como características de conduta de investigação, a seleção das amostras, a distância ou a ausência de contato entre o pesquisador e o objeto de estudo.

A amostra nesta pesquisa foi por similares, que são aqueles julgados a representar uma situação semelhante. A amostra também pode ser denominada não probabilística, pois serão selecionados os participantes através dos critérios do pesquisador (Gil, 2019). Nesta, foram os professores do Ensino Fundamental II da Secretária de Educação do Estado de Mato Grosso de um município no interior do estado.

O questionário foi o instrumento utilizado para a coleta de dados. Sobre esta ferramenta, Gil (2019) corrobora quando define questionário como um conjunto de questões que são aplicados a pessoas com o objetivo de buscar subsídios para responder à pergunta da pesquisa.

### ***7.1.2 Pesquisa Qualitativa***

Sobre a pesquisa qualitativa, Ludwing (2014, p. 205) nos mostra que ela “leva em conta a junção do sujeito com o objeto e busca fazer uma exposição e elucidação dos significados que as pessoas atribuem a determinados eventos.” Papalia e Feldman (2013) e Gil (2019) corroboram afirmando que o foco deste tipo de método são os dados não numéricos, ou seja, ele busca explicar o como e o porquê das experiências vivenciadas pela pessoa e o seu ambiente social, na perspectiva da própria pessoa.

Este tipo de pesquisa, segundo Berto e Nakano (2000, p.66) “buscam aproximar a teoria e os fatos, através da descrição e interpretação de episódios isolados ou únicos, privilegiando o conhecimento das relações entre contexto e ação”.

Neste contexto, a pesquisa qualitativa teve como objetivo interpretar os resultados, dando-lhes um real significado social, por intermédio da visão do pesquisador apoiado no conhecimento científico multifacetado.

Os resultados dessa investigação podem servir como base para a elaboração de material de apoio à formação continuada para profissionais da educação a fim de que possam contribuir com as práticas pedagógicas pertinentes à temática educação sexual para a prevenção da violência sexual na adolescência.

## **7.2 Procedimentos para coleta de dados**

A coleta de dados deu-se por meio da análise do PPP (Plano Político Pedagógico) da unidade escolar e aplicação do questionário (Apêndice D) direcionado aos professores participantes. Sobre questionário, Gil (2019) define como um conjunto de questões que são aplicados a pessoas com o objetivo de buscar subsídios para responder à pergunta da pesquisa.

Para o desenvolvimento deste estudo foram respeitados todos os procedimentos éticos necessários em pesquisas com seres humanos, como a submissão para aprovação em Comitê de Ética (CAAE: 45875121.5.0000.5400), Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice C) para a participação na pesquisa, bem como a garantia de anonimidade dos participantes.

Para realizar contato com esses profissionais, o primeiro passo foi entrar em contato com a Assessoria Pedagógica do município, responsável pela unidade escolar; esta, porém informou que a autorização (Apêndice A e B) poderia ser solicitada diretamente na escola, por meio da gestão escolar. Ao entrar em contato com a unidade, o diretor solicitou que fossem encaminhados o projeto e os documentos necessários para que ele pudesse entender melhor os objetivos da pesquisa e a forma de coleta de dados. O diálogo com a gestão foi bem produtivo, pois foram bem receptivos e demonstraram a importância que esta temática tem no ambiente escolar.

O procedimento de coleta das informações a princípio, seria via e-mail, porém em diálogo com a gestão escolar, foi realizada a escolha de entregar o material impresso, pois isso poderia representar um número maior de participantes, uma vez que a unidade já estaria com todo o efetivo na escola. Para atender um número maior de participantes, o dia escolhido para

o diálogo com os professores e a entrega do questionário foi o dia do conselho de classe. Todos os presentes se dispuseram a participar, preenchendo o TCLE e respondendo o questionário.

### **7.3 Procedimentos para análise de dados**

A pesquisa de método misto utiliza dados de natureza qualitativa e quantitativa, que fornece ao pesquisador a possibilidade de ampliar a pesquisa, análise e interpretação das informações. Para Creswell e Clark (2013, p.183), ambas as análises, qualitativa ou quantitativa, necessitam do mesmo conjunto de ações, que são: “preparar os dados para a análise, explorar os dados, analisar os dados, representar a análise, interpretar a análise e validar os dados e as interpretações.”

#### ***7.3.1 Preparação dos dados para análise***

Essa etapa teve início com a preparação dos dados, isso se efetivou no momento de separação, organização e averiguação, período em que foi possível checar todo material a ser analisado, transformando-os em dados úteis. Segundo Creswell e Clark (2013, p.183):

(. . .) na pesquisa quantitativa, o investigador começa convertendo os dados brutos em uma forma útil para a análise dos dados, (. . .). Para a análise dos dados qualitativos, preparar os dados significa organizar o documento ou os dados visuais para examinar ou transcrever o texto de entrevistas e observações em arquivos de processamento de texto para análise.

#### ***7.3.2 Exploração dos dados***

A exploração do material foi por meio de leitura flutuante, importante para o processo identificação da organização de análise. Foi nesse momento que houve a decisão de realizar o estudo aprofundado do PPP, antes do início da análise do questionário. Durante a exploração dos dados, foi decidido que as sessões seriam organizadas por questões. De acordo com Creswell e Clark (2013, p.183), “significa examinar os dados com atenção para desenvolver tendências amplas e a forma da distribuição ou da leitura por meio dos dados, da preparação de anotações e do desenvolvimento de um entendimento preliminar do banco de dados”.

### **7.3.3 Análise dos dados**

Para Creswell e Clark (2013, p.184) “consiste no exame do banco de dados para lidar com as questões ou hipóteses da pesquisa. Tanto na análise quantitativa quanto na qualitativa, vemos múltiplos níveis de análise.”. Esse exame das informações ocorreu de forma exaustiva, através da leitura das respostas e do PPP, assim como na busca por significados.

### **7.3.4 Apresentação dos resultados da análise**

A apresentação dos dados nessa pesquisa ocorreu em forma de quadros e descrições dos relatos, das impressões captadas nas respostas dos participantes, das conexões entre PPP e literatura existente. Creswell e Clark (2013, p.186 e 187) defende que se pode:

Representar os resultados da análise em forma resumida em declarações, tabelas ou figuras. (. . .) as tabelas na pesquisa quantitativa podem relatar resultados relacionados à questões descritivas ou questões inferenciais. (. . .) na pesquisa qualitativa, a representação dos resultados pode envolver uma discussão das evidências para os temas ou categorias; a apresentação de números que descrevam o ambiente físico do estudo; ou diagramas que apresentem estruturas, modelos ou teorias.

Durante a leitura da seção 8 que se refere aos resultados e discussão dos dados, o leitor poderá acompanhar a subseções 8.1 que a análise do PPP e na 8.2 as respostas do questionário aplicado aos participantes, a interpretação, as discussões à luz dos teóricos e pesquisas já existentes.

### **7.3.5 Interpretação dos resultados**

Para Creswell e Clark (2013, p.187) a interpretação dos resultados “envolve recuar para os resultados detalhados e avançar seu significado mais amplo em vista dos problemas de pesquisa, questões em um estudo, a literatura existente e, talvez, as experiências pessoais.” Nos resultados e discussões, é possível identificar que houve uma busca pela interpretação a luz da literatura existente, cito aqui ECA (Brasil, 1990), PCN (Brasil, 1998), Leão (2009), Figueiró (2010), Santos e Ippolito (2011), Murta et al. (2013), Barros (2016), Mato Grosso (2018a, 2018b, 2018c), BNCC (2018a), Silva (2019), Bueno, Pereira e Neme (2019), Peldiak, Cervantes e Santos (2020).

### ***7.3.6 Validação dos dados, resultados e sua interpretação***

De acordo com Creswell e Clark (2013, p.187 e 188), “a validade difere na pesquisa quantitativa e qualitativa, mas nas duas abordagens, serve ao propósito de checar a qualidade dos dados, dos resultados e das interpretações”. Por isso, foi importante a busca por referencial teórico, citado durante toda a pesquisa, que validasse cada etapa deste trabalho, bem como, a análise e interpretação do questionário e PPP da unidade escolar pesquisada, gerando assim a confiabilidade necessária de todo esse material.

## 8 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

### 8.1 O Projeto Político Pedagógico (PPP)

Essa unidade escolar atende os anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. O último PPP da unidade escolar foi construído no ano de 2020.

Nesse documento o objetivo foi buscar a presença de referências que representem a prática de educação sexual e no foco desta pesquisa, a discussão do tema prevenção da violência sexual na adolescência.

Ao analisar o PPP, foi possível observar no Diagnóstico da Realidade Escolar, na Dimensão I, que faz Análise do Relacionamento Interpessoal e Atendimento à Diversidade, que quanto a diversidade, a unidade escolar procura respeitar a todos, quando alguém se sente desrespeitado a instituição tenta dialogar para resolver os conflitos, baseada no regimento escolar. Quando julga necessário, orienta os professores para realizarem um trabalho pontual sobre o respeito às normas e boa convivência, além de encaminhar as questões de discriminação aos órgãos competentes.

Na Dimensão II, que trata da Prática Pedagógica, que faz Análise do Relacionamento Interpessoal e Atendimento a Diversidade, a unidade esclareceu a importância da orientação sobre o respeito à diversidade no Ambiente Escolar. Ainda nessa mesma dimensão, mas na Análise do Incentivo à Autonomia e ao Trabalho Coletivo, a instituição de ensino incentiva alunos e professores no desenvolvimento de projetos, pesquisas de diversos temas para a construção ideias e opiniões, através das feiras do conhecimento, projetos de leitura, varal de poesias, jornal da escola, dentre outros.

Nas dimensões I e II citadas acima, foi possível perceber de forma pontual o trabalho de educação sexual na instituição, ela ocorre quando é necessário, ou seja, após ocorrer uma situação de desrespeito à diversidade, por exemplo. O ideal seria um trabalho contínuo no sentido amplo para evitar tal situação. Em relação ao incentivo aos projetos e pesquisas que é um ponto muito importante na construção do pensamento crítico e autônomo na fase da adolescência. Diante disso, essa unidade escolar se apresentou ativa, demonstrando através do PPP diversas ações desenvolvidas, embora pontuais.

De acordo com o DRC-MT (Mato Grosso, 2018a):

A escola conseguirá promover a aprendizagem ativa se, colaborativamente, produzir um Projeto Político-Pedagógico que direcione o trabalho plurimetodológico,

que considere o estudante como sujeito ativo, produtivo e capaz, e que possibilite aos professores atuarem de forma arrojada e livre, buscando novos meios para o fazer pedagógico diário. Além disso, é preciso que a unidade escolar promova a ação do planejamento, tanto coletivo quanto individual. (p.35).

Na dimensão IV, que trata da Gestão Escolar Democrática, nas Análises da Interação com os Órgãos Oficiais e Parceiros, ficou claro que essa interação não é rotineira, ocorre apenas em situações pontuais com palestras oferecidas por faculdades e Secretária Municipal de Saúde (com campanhas de prevenção de doenças e distribuição de medicamentos).

Na Dimensão V, que trata da Formação e Condições de Trabalho dos Profissionais da Escola, na Análise da Formação Continuada, a unidade possui curso de formação continuada, com acompanhamento e orientação do CEFAPRO. Esse curso ocorre dentro da carga horária de trabalho (na hora atividade) e segundo o documento é um momento de estudos, troca de experiências, planejamento interdisciplinar e de ações de intervenção. É possível observar o foco nos descritores de Língua Portuguesa e Matemática, com objetivo de melhorar a competência leitora.

Para Figueiró (2010):

(. . .) quando o tema da sexualidade é o eixo da formação continuada dos professores, este tema tem um efeito potencializador deste tipo de formação”. Isto faz sentido porque a formação continuada deve ter como propósito nuclear ‘oportunizar a construção do crescimento profissional e pessoal do professor, assim como também de seu autoconhecimento. (p.200).

O PPP é um documento que norteia as ações da escola, portanto, deve estar em constante atualização, sobre isso o DRC-MT (Mato Grosso, 2018a) diz que:

Tanto a BNCC como o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso, por si sós, não promovem as mudanças necessárias no que diz respeito ao foco dos trabalhos no ensino e na aprendizagem, portanto, destaca-se o momento de revisão do Projeto Político- Pedagógico e dos Planos de Aula como esforço indispensável para contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares, de modo a apresentar estratégias que os tornem significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens ocorrem. (p.17).

## **8.2 O Questionário**

### ***8.2.1 Caracterização dos Participantes***

A unidade escolar possuía 24 professores em exercício. Participaram desta pesquisa 15 professores que atuavam na escola do Fundamental II, cujas características estão apresentadas no Quadro 6.

Quadro 6

*Caracterização dos participantes.*

<b>Nome Fictício</b>	<b>Formação</b>	<b>Pós Graduação</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Tempo na profissão</b>	<b>Tempo na escola</b>
<b>Edison</b>	Ed. Física	Especialização	Masc.	40	6 anos	2 anos
<b>Edcarlo</b>	Ed. Física	Mestrado	Masc.	48	26 anos	5 anos
<b>Bia</b>	Biologia; Bacharel em Serviço Social	Especialização	Fem.	50	+ de 20 anos	30 dias
<b>Bianca</b>	C. Biológicas	Especialização	Fem.	39	21 anos	15 anos
<b>Beatriz</b>	C. Biológicas	Especialização	Fem.	43	12 anos	3 meses
<b>Marisa</b>	Matemática	Especialização	Fem.	45	18 anos	3 anos
<b>Marta</b>	Matemática	Especialização	Fem.	48	17 anos	15 anos
<b>Maria</b>	Matemática	Especialização	Fem.	53	18 anos	11 anos
<b>Malu</b>	Matemática	Especialização	Fem.	46	17 anos	4 anos
<b>Ilda</b>	Letras/Inglês	Especialização	Fem.	35	17 anos	10 anos
<b>Pietra</b>	Letras/Port.	Mestrado	Fem.	27	Menos de 30 dias	Menos de 30 dias
<b>Heitor</b>	História	Mestrado	Masc.	40	10 anos	4 anos
<b>Helena</b>	História	Especialização	Fem.	63	20 anos	5 anos
<b>Geo</b>	Geografia	Especialização	Fem.	31	9 anos	9 anos
<b>Graça</b>	Geografia	Especialização	Fem.	64	18 anos	4 anos

*Nota:* Elaboração própria.

O Quadro 6 mostrou o perfil dos profissionais participantes da pesquisa e por meio dela dela foi possível perceber que apenas 3 participantes atuam como professores a menos de 10 anos, sendo a maioria (12 profissionais) com mais de 10 anos de experiências acumuladas ao longo dos anos de trabalho pedagógico.

Foi possível identificar que 4 professores atuavam a 10 ou mais anos nesta mesma unidade escolar, o restante varia bastante o tempo, indo de 30 dias a 9 anos. Trazendo à tona uma realidade da rotatividade dos professores nas escolas, isso poderia ser justificado pelo

tempo dos últimos concursos, processo de atribuição de aula para os contratados e/ou devido às substituições.

O tempo de serviço é um indicativo da idade, em que a maioria (11 participantes) tem idade igual ou superior a 40 anos de idade.

Todos os profissionais possuem graduação e pós-graduação, sendo três deles mestres, o que pode significar que são docentes dispostos a buscar conhecimento como meio de aperfeiçoar a prática pedagógica.

### ***8.2.2 Questão 1: O que você entende por violência sexual?***

## Quadro 7

*Violência sexual*

<b>Edison</b>	“Todo ato praticado sem o consentimento da parte mais frágil e indefesa, tanto contra adulto, quanto a criança e vulneráveis.”
<b>Edcarlo</b>	“Qualquer tipo de ação e intenção de cunho sexual sem o consentimento e/ou entendimento da pessoa agredida, geralmente com coerção ou agressão física ou verbal.”
<b>Bia</b>	“É qualquer ato sexual ou mesmo tentativa (s) independente da relação com a vítima, algo muito comum no Brasil e que ocorre de diversas formas, onde muitos vivenciam essas violências sexuais sem saber identificar que houve violência.”
<b>Marisa</b>	“toda forma de violência praticada contra a sexualidade de uma pessoa quando não há o consentimento, quando a pessoa é indefesa.”
<b>Marta</b>	“Tudo aquilo que se refere a sexualidade de uma pessoa, sem o seu consentimento. Pode ser uma palavra ou um comentário. Em situações mais graves, quando a pessoa toca, muitas vezes disfarçadamente”
<b>Bianca</b>	“Qualquer ato ou situação de cunho sexual: insinuações verbais, passadas de mãos, ato sexual sem consentimento, tentativa de relações sexuais, insinuações indesejadas, de forma não consentida.”
<b>Beatriz</b>	“Entendo que é o ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual, ou até insinuações sexuais indesejadas, que podem ocorrer de várias formas: força, intimidação psicológica, extorsão e por ameaças. Pode ocorrer também se a pessoa está sem condições de dar seu consentimento, sob efeito de drogas ou mentalmente incapacitada.”
<b>Ilda</b>	“Quando existe tentativa do ato sexual sem o consentimento do outro, comentários ofensivos que causam constrangimento.”
<b>Maria</b>	“Vivemos muitas vezes essas violências sexuais sem nem saber identificar que houve violência. Mas é importante ter claro, qualquer relação exige consentimento entre os envolvidos, principalmente quando o assunto é o seu corpo. Quando alguém toca ou mexe com o seu corpo sem autorização. Não importa se a pessoa é um estranho ou alguém que você ama ou já amou, qualquer toque ou relação sem consentimento. E não importa se a pessoa é maior de idade ou não.
<b>Malu</b>	“Entendo que todo ato sexual indesejado é violência sexual.”
<b>Graça</b>	Não respondeu
<b>Geo</b>	“Qualquer ato sexual ou tentativa de obtenção de ato sexual por violência ou coerção, comentários ou investidas sexuais indesejadas, atividades como tráfico humano ou diretamente contra a sexualidade de uma pessoa, independentemente da relação com a vítima”
<b>Pietra</b>	“Violência sexual é todo e qualquer ato sexual ou tentativa desse ato sexual por meio de violência física ou psicológica. Além disso, comentários de cunho sexual também podem ser considerados como violência sexual.”
<b>Heitor</b>	“Entendo toda forma de ação que causa constrangimento à outra pessoa. Desde um olhar com a chamada ‘malícia’ para outra pessoa, independente

	do sexo e/ou orientação sexual, até o momento que uma pessoa age de forma desconfortável com o outro(a)”
<b>Helena</b>	“Qualquer ação que acabe ferindo a integridade física e mental de qualquer sexo.”

*Nota:* Elaboração própria.

De acordo com as respostas, foi possível perceber que a maioria os participantes têm conhecimento sobre o conceito de violência sexual, com exceção de Graça que não respondeu essa questão.

Segundo Silva (2019, p. 18), violência sexual é o “ato ou jogo sexual que ocorre nas relações hétero ou homossexuais e visa estimular a vítima ou utilizá-la para obter excitação sexual e práticas eróticas, pornográficas, e sexuais impostas por meio de aliciamento, violência física e ameaças.” Nesse mesmo sentido, Bueno, Pereira e Neme (2019, p.114) definem “a violência sexual pode ser definida como qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, sem o consentimento da vítima. A violência pode ser exercida com uso da força ou ameaça, mas também com chantagem, suborno ou manipulação”.

Quando vamos abordar alguma temática, é necessário ter esclarecido o seu significado e a sua apresentação no contexto no qual será abordado, pois o conhecimento gera segurança durante a fala e/ou exposição aos questionamentos.

A partir da definição de violência sexual é possível conceituá-la para qualquer fase da vida. No sentido desta pesquisa, para a adolescência, a conceituação do tema pode ser utilizada como ponto inicial para a organização de uma proposta didática que tenha como objetivo a abordagem no contexto escolar, pois sabe-se que a escola é um ambiente onde o conhecimento científico e social atua.

De acordo o ECA (Brasil, 1990, p.208), a violência sexual pode ser “entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não.” (Brasil, 1990). E pode ocorrer por abuso sexual e exploração sexual (Santos & Ippolito, 2011).

Em suas respostas, os professores levantaram alguns pontos relevantes nesta discussão, por exemplo, as relações de poder, o mais forte atuando sobre o mais fraco, tanto física com o uso da força, como psicologicamente por meio de coerção e ameaças. O abuso sexual é um tipo de violência que está dentro dessa perspectiva, pois qualquer interação do adulto com o adolescente ou criança, envolve uma relação de poder. Para Intebi (2008) citado por Santos e Ippolito (2011, p.64) essa discrepância pode acontecer quando:

a) a diferença de poder e de força física possibilita o autor do abuso o controle físico e emocional da criança ou adolescente; b) a diferença de conhecimento do ato sexual implica incompreensão, por parte da criança ou adolescente, do significado e das consequências potenciais da atividade sexual; c) o autor do abuso geralmente buscar satisfazer os seus próprios impulsos sexuais. (p.64).

Outro ponto muito importante mencionado em uma das respostas é o reconhecimento da vítima sobre a situação de violência que está sofrendo, pois o violentador se prevalece devido ao momento de construção psicossocial e de descoberta da sexualidade dessas pessoas, aproveitando para manipular os seus desejos. Essa situação pode gerar um conflito psicológico para a vida toda, pois conforme Abrapia (2002, p.8), “a criança sente-se culpada por sentir prazer e isso é usado pelo abusador para conseguir seu consentimento”. Para Santos e Ippolito (2009):

A visão de crianças como seres puros e inocentes não ajuda muito no enfrentamento à violência sexual. Ter desejo sexual é inerente à espécie humana. No entanto, é responsabilidade do adulto estabelecer a fronteira entre afeto e sexo, respeitando o desenvolvimento sexual da criança e do adolescente. (p.36).

Nesse sentido, foi possível analisar que o violentador pode ser uma pessoa mais velha, porém é necessário levar em consideração que ela também pode ocorrer entre os pares no namoro, por exemplo. (Murta et al., 2013; Santos & Ippolito, 2009).

### ***8.2.3 Questão 2: em algum momento na sua formação acadêmica você recebeu orientação em como abordar violência sexual na escola?***

Dentre os profissionais que participaram da pesquisa, os professores Edison e Heitor responderam que receberam formação acadêmica de como abordar violência sexual na escola, por meio de discussões em grupos de trabalho. Edison também participou de curso sobre o assunto. E Heitor informou que recebeu orientação por meio de disciplina.

Os outros profissionais informaram que não tiveram esse tipo de formação e foram questionados se sentiram falta dessa abordagem na graduação. Dois deles informaram que não:

Naquele momento de formação inicial (graduação) não tinha parâmetros para saber a necessidade de abordar esta temática, hoje penso ser necessário pela necessidade e relevância social. (Edcarlo).

Acho que é um assunto mais específico para ser tratado no local de trabalho e principalmente quando você trabalha com crianças e adolescentes. Porque você precisa saber orientar e saber identificar tais situações. (Marta).

Embora esses profissionais tenham respondido que não sentiram falta desta abordagem, é possível perceber nas suas respostas: “(. . .) hoje penso ser necessário pela necessidade e relevância social.” (Edcarlo). E “(. . .) porque você precisa saber orientar e saber identificar tais situações.” (Marta), que acreditam ser necessário ter conhecimento sobre o tema para abordá-lo.

Os demais informaram que sentiram falta da abordagem na graduação.

## Quadro 8

*Você sentiu falta desta abordagem na graduação? SIM, PORQUE:*

<b>Bia</b>	“Com o alto índice de violência sexual é um assunto que tem que ser abordado nas escolas, pois sabemos que muitos alunos convivem com esse tipo de violência, com isso será uma forma deles ter conhecimento de como denunciar de forma segura.”
<b>Marisa</b>	“O assunto deveria ser abordado sempre e em todos os lugares, quando você começa a atuar na profissão percebe crianças e adolescentes que sofrem no seio familiar, porém tem medo ou vergonha de falar e você não sabe como ajudar.”
<b>Bianca</b>	“porque quando passei a atuar em sala de aula, não estava preparada para este tema/realidade. Não sabia como agir, o que fazer, por onde começar. Que rede de apoio ter? como ajudar? Quem a criança deveria procurar? Qual o meu papel?”
<b>Beatriz</b>	“é um tema muito complexo, que abrange estupro, abuso sexual, tentativa de ato sexual e que muitas crianças e adultos sofrem e não denunciam por vergonha, falta de apoio, medo, sentimento de culpa e isso reflete na sua vida pessoal.”
<b>Ilda</b>	“pois sabemos que quando terminamos a licenciatura e vamos para o ambiente escolar, lidamos com diversas situações.”
<b>Maria</b>	“A violência, hoje é considerada uma das principais causas de mortalidade, especialmente na população jovem, atinge crianças, adolescentes, homens e mulheres de diferentes etnias, classes sociais, culturas ou religião. Talvez para poder ajudar/orientar alguém, com isso evitar que algo pudesse acontecer.”
<b>Malu</b>	“Por ser um tema relevante.”
<b>Graça</b>	“Com certeza. Porque já me deparei com meninas com idade de 11 a 12 anos que sofreram violência sexual, e lamentavelmente os eram membro da própria família.”
<b>Geo</b>	“Muitos orientadores não sabem o que fazer diante destas situações, mas em muitos casos, eles são os únicos que podem interromper o ciclo da violência.”

<b>Pietra</b>	“Essa é uma realidade presente nas escolas e influencia não só na aprendizagem do aluno, mas também na forma como o professor deve abordar certos conteúdos (ou seja, no ensino). É uma temática extremamente difícil de trabalhar e eu não saberia como realizar atividades com este foco tão sensível.”
<b>Helena</b>	“É algo que deveria ser ensinado essencialmente.”

*Nota:* Elaboração própria.

A formação inicial é o momento de conhecimento e reconhecimento da pessoa enquanto profissional docente; nesse processo o graduando aprende a ser professor, ou a como iniciar sua carreira nessa área profissional. Pensando neste contexto, os cursos de licenciatura precisam ter um olhar completo do ser humano em formação que estará em contato com esse agente da educação como mediador entre conhecimento e pessoa. Para Leão (2009),

É preciso elucidar que se tais profissionais tiverem uma preparação que se pautar por formá-los para uma atuação crítica e para a transformação social, visando contribuir para a educação dos futuros cidadãos, poderão atuar com os temas transversais sem contribuir em prol da formação para o conformismo e para o enquadramento social. (p.106).

A violência sexual é considerada por muitos educadores como um tema “muito complexo”, e de fato é, porque perpassa o contexto histórico, social e psicossocial da humanidade. É uma questão de saúde física e psicológica. E como foi possível identificar nas respostas, os professores têm dificuldades de agir perante essa situação. Portanto, ficou claro que a falta de conhecimento nessa perspectiva interfere na atuação desses profissionais, conforme relatado.

É importante que durante a graduação, a educação sexual esteja entrelaçada como a formação acadêmica, para que quando no exercício da profissão, o professor tenha um direcionamento sobre sua atuação, podendo abordar diversos temas do universo humano com tranquilidade e segurança.

Brasil (1998, p. 303) mostrou que para abordar essa temática “é necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema.”.

Frente à violência sexual e a formação inicial, Bianca reflete:

(. . .) porque quando passei a atuar em sala de aula, não estava preparada para este tema/realidade. Não sabia como agir, o que fazer, por onde começar. Que rede de apoio ter? Como ajudar? Quem a criança deveria procurar? Qual o meu papel? (Bianca).

Esse trecho indicou o quanto a graduação poderia ter contribuído através do direcionamento e orientação frente à exposição de uma situação que qualquer professor está sujeito, independentemente da sua disciplina. Leão (2009) afirma:

Com efeito, a orientação sexual, especificamente, ainda não é preocupação das instituições que formam os profissionais da educação. Isso ocorre, principalmente, porque vigora uma ênfase sobre os conteúdos escolares tradicionais, tais como Língua Portuguesa, Matemática, entre outros, desconsiderando a sexualidade como um aspecto importante também de ser abrangido. (p. 106).

Com o aumento da visibilidade dos casos de violência sexual na mídia, que essa temática avance pelos campos das universidades, por meio de diálogo e curiosidades levadas pelos próprios acadêmicos, para que o conhecimento também avance para dentro das escolas acompanhando os novos profissionais da educação.

#### ***8.2.4 Questão 3: em algum momento na formação continuada você recebeu orientação em como abordar violência sexual na escola?***

Sobre a abordagem desse tema na formação continuada, Marta respondeu que não se recorda de ter estudado sobre esse assunto e outros 6, responderam que sim e relataram suas experiências.

## Quadro 9

*A experiência da violência sexual na Formação Continuada.*

<b>Edison</b>	“Recebemos instruções para informar a coordenação ou direção da escola, caso tenhamos algum motivo percebido em algum aluno”.
<b>Marisa</b>	“Durante o mês de combate à exploração sexual, através de uma campanha realizada na escola e através de palestra com a psicóloga onde algumas crianças sentiram seguras para contar os abusos que sofriam no meio familiar.”
<b>Bianca</b>	“Realizei alguns cursos ofertados pela rede municipal de ensino especificamente sobre o tema. Mas ainda me sinto insegura, mês assusta. Em relação ao curso, orientaram a observar comportamentos, e se evidenciado, discutir com a coordenação que procedimentos tomar. Desenhos, linguagem (oral e corporal) podem indicar violência sexual.”
<b>Malu</b>	“Poder participar de algo muita das vezes tão particular do aluno, nos faz acreditar que de alguma forma podemos ajudá-los a resolver problemas que talvez, nem a própria família poderia.”
<b>Heitor</b>	“Nos cursos de formação continuada na escola este tema é sempre abordado, porém de forma superficial. Este também é um tema de importância para se estudar.”
<b>Helena</b>	“Por meio de palestras e orientações pedagógicas.”

*Nota:* Elaboração própria.

É importante o estudo da temática para saber como se portar e qual atitude deverá ser tomada mediante as situações. Quando o assunto é formação continuada, a referência são os momentos de estudos e reflexão durante todo o trabalho profissional, é uma formação que não cessa. Para Figueiró (2006, p.91), a “formação continuada refere-se às propostas ou ações (cursos, estudos, reflexões...) voltadas em primeira instância, para aprimorar a prática profissional do professor.”.

Edison e Heitor nos mostram com suas respostas que não houve formação específica em torno da temática, pois a abordagem acontece apenas de modo superficial.

Na resposta de Marisa, vemos a presença das movimentações nas datas de mobilização, o que apresenta grande relevante, sinal de que em algum momento esse professor estava tendo contato com o tema, porém ao se referir à presença de crianças, é possível compreender que

esse momento de palestra não era da formação continuada, mas da mobilização realizada para os alunos na escola.

Helena não diz se era em períodos de mobilização, mas afirma que obteve formação continuada sobre o tema através de cursos e palestras.

Por intermédio de Bianca, foi possível perceber a atuação da rede municipal ao oferecer cursos específicos sobre como o professor deve observar, identificar e quais medidas tomar diante da violência sexual. Porém, a escola objeto de análise nesta pesquisa era da rede estadual, o que levou a entender que Bianca também atua na rede municipal e foi lá que ela recebeu formação e não na rede estadual de educação básica. Segundo o PCN (Brasil, 1998):

Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual. (p.332).

Malu retratou uma experiência que não se encaixava no contexto da questão, mas no contexto da relação professor aluno, enquanto prática pedagógica e dialógica da sala de aula.

Seguem no Quadro 10 os professores que informaram que não receberam orientação de como abordar violência sexual na escola no momento da formação continuada. Foi questionado se gostariam de estudar esse tema na formação continuada e responderam afirmativamente. As respostas estão expostas no Quadro 10.

## Quadro 10

*Você gostaria de estudar esse tema na formação continuada? SIM, POR QUÊ.*

<b>Edcarlo</b>	“Para ter mais capacidade e instrumentos para abordar o tema sem correr os ‘riscos’ de conflito com as famílias e a sociedade.”
<b>Bia</b>	“Com certeza, saber sobre o tema facilitará falar sobre o assunto com segurança, tanto para o público escolar quanto para pessoas que estejam sendo violentadas e não sabem a forma correta de tratar o assunto.”
<b>Beatriz</b>	“Para enfrentar a violência sexual requer a cooperação de vários setores, como saúde, assistência social e educação. Quanto mais informações e conhecimento adquirido, podemos ajudar e esclarecer várias dúvidas das crianças.”
<b>Ilda</b>	“Para lidar e orientar melhor a comunidade escolar”
<b>Maria</b>	“É de suma importância que o tema seja incluído nas escolas e para que os educadores discutam o problema da violência sexual, assumindo uma postura proativa na prevenção e no acolhimento as possíveis vítimas. Os educadores podem auxiliar os alunos a se defenderem de situações de risco.
<b>Graça</b>	“Porque nas primeiras experiências, eu não soube como agir, tive que repostar para as minhas coordenadoras, que juntas conversamos como as alunas, mas essa situação fez com que as meninas não mais confiaram em mim.”
<b>Geo</b>	“Gostaria de estar preparada para identificar e saber quais procedimentos tomar”.
<b>Pietra</b>	“Como escrevi anteriormente, é uma realidade presente em muitas escolas brasileiras, mas que ainda é um tema tabu, infelizmente. Todavia, compreendo que as problemáticas que o envolvem dificultam o desenvolvimento de uma FC, tendo em vista que é necessário um formador que tenha formação para abordar tal tema e que esteja disposto a isso.”

*Nota:* Elaboração própria.

A análise inicia-se refletindo sobre as concepções sobre sexualidade, vigentes em documentos do Estado de Mato Grosso. Junto à Secretaria de Estado de Educação -

SEDUC/MT existe a Superintendência de Políticas de Diversidades Educacionais, responsável pelo Núcleo de Temas Educacionais Transversais. Este, por sua vez, participa do desenvolvimento de materiais, como o das Orientações Curriculares, no caderno de Diversidades Educacionais. Embora exista esse espaço dentro da SEDUC/MT e ela seja responsável por pensar as questões relacionadas a gênero e diversidade sexual, nas buscas no site e em trabalhos científicos que já exploraram essas ações, foram identificados poucos movimentos e quando acontecem são pontuais em algumas cidades do Estado. Seguem alguns exemplos encontrados no site da Secretaria: Seminário em Cuiabá discutiu gênero e sexualidade em outubro de 2015, esse evento aconteceu em um único dia das 8 às 17h em uma escola; e em abril de 2011 na cidade de Feliz Natal ocorreram palestras sobre Saúde e sexualidade, entre outros, mas nada recente e nenhum programa ou projeto sobre educação sexual para todo o Estado.

A falta de um processo formativo, de um treinamento adequado sobre os conceitos, forma de abordagem, forma de encaminhamento, conhecimento dos direitos, ainda gera insegurança e medo. Para Barros (2016):

Somente empoderados de tais conhecimentos é que podem lidar com os desafios de cotidianamente circundam sua práxis pedagógica, desafios estes que podem se tornar sério entrave para que o sucesso das aprendizagens seja comprometido. Dentre esses desafios encontra-se o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes. (p. 178).

Quando Edcarlo respondeu que deseja estudar o tema na formação continuada: “Para ter mais capacidade e instrumentos para abordar o tema sem correr os ‘riscos’ de conflito com as famílias e a sociedade.”. É compreensível sua preocupação uma vez que sente a necessidade de se apropriar dos termos e da prática de abordagem da temática. Sobre a relação escola e família e as abordagens que envolvem sexualidade, PCN (Brasil, 1998) afirma que:

A escola deverá informar os familiares dos alunos sobre a Orientação Sexual incluída na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores do trabalho. No diálogo entre a escola e as famílias, pretende-se que a sexualidade deixe de ser tabu e, ao ser objeto de discussão na escola, possibilite a troca de ideias entre esta e as famílias. (p.304).

Ainda sobre o relacionamento escola e família, o PCN (Brasil, 1998) orienta:

A comunicação aos familiares deve ser feita antes do início do trabalho, de preferência em forma direta, em reuniões nas quais os pais possam fazer todos os seus questionamentos, ter suas dúvidas esclarecidas e se posicionar, contribuindo para a montagem do trabalho. No caso de haver familiares que se oponham à frequência de seus filhos nas discussões, por motivo de crença religiosa, pessoal ou outros, a escola deve informar e esclarecer os objetivos e a dinâmica do processo, enfatizando que não se trata de substituir ou concorrer com a função da família nas questões da sexualidade em âmbito privado. Se, mesmo assim, houver resistências ou proibições, a escola deve estar ciente de que esse posicionamento dos familiares deve ser respeitado, podendo ser o aluno dispensado do trabalho, pois são os pais os principais responsáveis pelo adolescente. (p.332).

Graça em seu relato nos indicou dois pontos pertinentes, o primeiro de estar frente a uma situação do qual não se sentia preparada para enfrentar e segundo da relação de confiança entre professor e aluno. Segundo Santos e Ippolito (2011, p.98), “pela proximidade que tem com os estudantes, o educador pode contribuir para que crianças e adolescentes sexualmente abusados manifestem o desejo de falar, devendo abordá-los antes de realizar a notificação.”. Ainda de acordo com Santos e Ippolito (2011):

A confiança de crianças e adolescentes sexualmente abusados aumenta o peso da responsabilidade sobre os professores, especial mente se desejam que o abuso seja mantido em segredo. Explique que, se estiver ocorrendo situação de violência, você terá de contar isso a outras pessoas para que seja possível protegê-los. (p. 101).

Sobre confiança, Santos e Ippolito (2011):

A melhor estratégia é estabelecer uma relação de confiança com a criança ou adolescente, de modo que se sinta confortável para solicitar a ajuda de que necessita. Para que o educador assuma o papel de pessoa de confiança da criança ou do adolescente, precisa se colocar na posição de ouvinte atento e saber perceber se a pessoa necessita ou não de ajuda. A criança ou o adolescente, não compartilhará seus segredos

se não estiver totalmente segura de que a pessoa que procurou pode oferecer-lhe algum tipo de ajuda. (p.128).

Foi possível perceber o desejo de avançar nesse conhecimento pelos profissionais desta unidade, pois suas respostas aparentam que estão frente a esta difícil realidade.

Nesse sentido, existem ações pontuais em algumas unidades escolares que desenvolvem projetos autônomos com os temas da sexualidade e educação sexual, em especial voltados para a prevenção da violência sexual, como o projeto, já citado, “Fale por Mim: Rede de Proteção e Defesa Contra o Abuso Sexual Infanto-juvenil.” (Peldiak, Cervantes, & Santos, 2020). Esse projeto foi idealizado pela profissional Sandra Edna Carvalho Peldiak e desenvolvido pelo grupo de educadores, dentro do Projeto de Formação da/na Escola. Essa formação continuada acontece nas unidades de ensino básico em MT, coordenada pelo Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação (CEFAPRO), que nessa ocasião orientou que fossem desenvolvidas ações de intervenção de acordo com as necessidades identificadas pelos profissionais participantes do curso.

Os CEFAPROs foram criados pela a SEDUC/MT por meio de publicação do Decreto Estadual nº 2.007/1997 (Mato Grosso, 1997), com o objetivo de levar formação continuada a todos os profissionais da educação do estado de MT. Como o estado possui um território muito extenso, foram criados polos (15 unidades) de formação em alguns municípios. Mas ainda não são bem divulgados os trabalhos desenvolvidos pelos profissionais dentro dessas formações. Esses profissionais, junto com a escola, organizam as pautas de estudos para as formações continuadas na escola, porém dentro da unidade pesquisa, o tema violência sexual não foi estudado ainda.

Outro exemplo foi o trabalho desenvolvido por alunos em outra escola no município de Sinop. Esse foi desenvolvido dentro da perspectiva da Feira de Ciências, na qual o grupo de alunos se propôs a investigar o tema Pedofilia, uma vez que perceberam o aumento dos relatos entre a comunidade escolar. Diante desse cenário, estudaram e convidaram uma psicóloga do Instituto Centro de Acolhimento, Orientação e Proteção ao Adolescente (CAOPA) para realizar um ciclo de palestras para os alunos do turno matutino da escola, com o objetivo de tornar o adolescente capaz de reconhecer uma situação de pedofilia.

Essas ações nos mostram que algumas atitudes frente aos estudos da sexualidade e, neste caso, da violência sexual tem estado presente nas unidades de ensino, porém são pontuais. Ainda não há um processo contínuo de aprendizagem em torno do cuidado do corpo e da mente frente ao cenário de denúncias dessa violência.

Foi a partir de trabalhos pontuais como esses, que despertou o interesse em averiguar a importância de uma educação sexual em que o adolescente esteja livre da violência sexual para ter uma vivência saudável e que seja capaz de tomar com liberdade as decisões que irão proporcionar um futuro melhor.

***8.2.5 Questão 4: em algum momento na sua prática pedagógica, você abordou o tema violência sexual com seus alunos?***

Quadro 11

*A Experiência de quem já abordou o tema violência Sexual com seus alunos.*

<b>Beatriz</b>	“Várias vezes. A maioria das situações surgiu por questionamentos dos próprios estudantes. Acredito que foi muito produtivo a aula, abordando esse tema, inclusive esclarecendo muitas dúvidas.”
<b>Bianca</b>	“O tema surge quando trabalhado Educação Sexual, daí abordo o assunto, ou quando algum aluno (a) pergunta ou comenta. Também quando há palestras na escola sobre o assunto.”
<b>Marisa</b>	“De forma bem simples com o folder e textos que falava sobre o assunto, houve questionamento por parte de alguns alunos, porém ficou só nos questionamentos não houve continuidade no assunto.”
<b>Ilda</b>	“Os alunos assistiram palestras com psicólogos e conselheiros da cidade.”
<b>Malu</b>	“Todas as vezes notou se um grande interesse em relação ao assunto, principalmente pelas meninas.”
<b>Heitor</b>	“Como professor de História, o tema sempre é abordado ao longo dos estudos. Principalmente quando se trata do assunto sobre escravidão e a vida cotidiana do escravo. No entanto, sempre de forma superficial.”

*Nota:* Elaboração própria.

Vai. E se der medo, vai com medo mesmo. (Alpheu Matto).

Diante das respostas, foi possível identificar o professor inseguro em abordar o tema, porém determinado em desempenhar seu papel de educador, buscar conhecimento e superar os desafios, mesmo que seja como respondeu o professor “de forma bem simples...”, ou porque “surgiram por questionamentos dos próprios estudantes (. . .)”, ou porque “os alunos assistiram palestras (. . .)”. O importante é permitir que os espaços de reflexões sejam criados no ambiente da sala de aula.

Bianca, a professora que revelou medo e insegurança sobre a abordagem do tema da violência sexual, foi a docente que respondeu que trabalha o tema na aula de Educação Sexual, o que indica que conhecimento é sempre necessário, que a formação continuada deve acontecer nas disciplinas e nas áreas que adentram o universo humano.

Beatriz, de acordo com sua resposta, sua experiência sobre o assunto se iniciava com os questionamentos dos alunos, demonstrando que esses têm interesse em explanar o tema da violência sexual, o que foi confirmado por Malu em sua resposta.

Marisa e Ilda abordavam ou permitiam a abordagem em datas de mobilização, pois Marisa trás para sua resposta a presença dos folders e Ilda as palestras com psicólogos e conselheiros.

Heitor nos mostrou a transversalidade do tema, quando ao explicar um conteúdo de História, embora de forma superficial, faz a conexão com a violência sexual, demonstrando que é algo que vem tentando encolher o direito ao corpo, desde os tempos antigos.

## Quadro 12

*O motivo para não abordar o tema violência Sexual com os alunos.*

<b>Maria</b>	“O papel da escola na prevenção ao abuso sexual, pode e deve ser feito, mas que seja feito por educadores preparados, caso contrário a escola promova parcerias para trabalhos conjuntos com as instituições e organizações comprometidas com as temáticas apresentadas pelos temas transversais constitui uma rica contribuição, principalmente pelo vínculo que estabelece com a realidade da qual se está tratando.”
<b>Bia</b>	“De forma abrangente não, pois creio que é um assunto delicado o qual necessita de orientações de amparo legal (leis), com o cuidado para não colocar a vítima em risco e como o público escolar ainda não tem amadurecimento, poderá vir a público podendo prejudicar ainda mais a vítima sendo motivos de bullying.”
<b>Edcarlo</b>	“Percebo como um tema muito delicado a ser trabalhado, apesar de tê-lo mais abrangente como orientação sexual em temas transversais, na disciplina de Educação Física o meu trabalho pedagógico se mantém nos conceitos básicos de sexualidade, não ‘arrisco’ aprofundar por receio de ‘atritos’ com familiares, por suas crenças e os preconceitos da sociedade neste tema.”
<b>Edison</b>	“Porque minha disciplina aborda mais sobre assuntos relevantes a atividade física e bem-estar, saúde mental e do corpo.”
<b>Graça</b>	“Por falta de uma melhor base de conhecimento e como didaticamente chegar à abordagem desse assunto que me parece muito presente em nosso meio Escolar.”
<b>Geo</b>	“A escola já havia feito palestra com o tema.”
<b>Pietra</b>	“Primeiramente, não tive a oportunidade de estar em sala de aula por mais de um mês (e presencialmente). Sou professora iniciante, mas um dia pretendo abordar esse tema em minha sala de aula, pois reconheço a importância de discussões como essa para o desenvolvimento crítico e reflexivo dos adolescentes.”
<b>Helena</b>	“Nunca surgiu o assunto.”
<b>Marta</b>	“Como sou professora de Matemática, vejo esse tema para abordado, quando necessário, na aula de Ciências. Mas quando se trabalha ‘Projeto Feira de Ciências’, o professor conduz a aula de modo que os alunos tenham a liberdade de escolherem o tema que vão

<p>apresentar. Em 2019, um grupo de alunos escolheram o tema Pedofilia'. E foi uma experiência interessante para os alunos e para os educadores. Porque durante o desenvolvimento do trabalho, teve ações que favoreceu a identificação de alunos (que) vítimas de violência sexual. Isso só foi possível porque para desenvolver esse trabalho, os alunos trouxeram uma psicóloga para ministrar palestra sobre o assunto e elaboraram questionários para os alunos responderem, com isso eles se sentiram encorajados para falarem e pedir ajuda. Eu tive que me inteirar mais sobre o assunto e cuidar muito para orientar as alunas que estavam desenvolvendo o trabalho, sempre conversando com elas terem cuidado para não expor os alunos. Os casos de relatos que aconteceram foram encaminhados para a coordenação para tomar as providências necessárias. Ao final, deu tudo certo. Uma das alunas relatou que ia dar continuidade ao seu trabalho no próximo ano de estudo.”</p>
---

*Nota:* Elaboração própria.

No Quadro 12, foi possível identificar duas justificativas para não abordar o tema violência sexual com os alunos, primeiro a falta de preparo, de conhecimento, e segundo por não sentir que o tema é pertencente à disciplina que leciona, o que pode ser considerado um reflexo da falta de conhecimento em como realizar as abordagens. E aqui se esbarra nas mesmas questões levantadas por outros pesquisadores, como Vagliati (2014, p. 141), quando diz que “existe, contudo, a questão desses profissionais não possuírem formação em educação sexual, que possibilite o trabalho com a sexualidade e com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, bem como para a prevenção de possíveis abusos e a notificação obrigatória em caso de suspeita ou confirmação.”. Barros (2016, p. 216) ressalta que “pela voz dos sujeitos entrevistados, percebe-se que a falta de informação e conhecimento têm sido um fator de entrave para que a escola não se situe com vigor e rigor na rede de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes no que se refere aos seus direitos sexuais.”.

A formação continuada pode trazer à tona as reflexões do pertencimento deste tema, pois não existe um “proprietário”, mas um problema social profundo e que a educação pode ser um dos colaboradores para a prevenção e combate a essa violência, a qual pode causar graves danos a vítima, seja no aspecto físico ou psicológico.

Sobre as relações de família e escola, ainda existe um receio por parte do professor quando informa: “não ‘arrisco’ aprofundar por receio de ‘atritos’ com familiares” (Edcarlo). Diante dessa perspectiva PCN (Brasil, 1998) orienta:

A escola deverá informar os familiares dos alunos sobre a Orientação Sexual incluída na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores do trabalho. No diálogo entre a escola e as famílias, pretende-se que a sexualidade deixe de ser tabu e, ao ser objeto de discussão na escola, possibilite a troca de ideias entre esta e as famílias. (p.304).

O conhecimento é um instrumento libertador, capaz de fornecer subsídios para análise do ambiente ao redor. Quando não há conhecimento, qualquer “verdade” serve e qualquer um que tenha um discurso convincente, torna-se um manipulador da pessoa ignorante. É o que acontece com a sexualidade e a violência sexual. Enquanto dentro da educação escolar não houver uma educação sexual efetiva e capaz de sanar as dúvidas relacionadas às questões psicossociais, emocionais e de orientação em relação as causas e consequências das escolhas, o achismo ainda vai ter espaço. Para Figueiró (2018):

Investir na Educação Sexual implica em admitir que é um direito dos educandos conhecer sobre seu corpo e ser informado de que pode estar em suas mãos a possibilidade de construir relacionamentos significativos, marcados pelo amor, ou, simplesmente, pelo sentimento de querer e pelo respeito. (p.72).

Helena foi professora há 20 anos e em seu relato nos informa que o tema nunca surgiu no ambiente da sala de aula.

O relato de experiência de Marta nos mostrou que embora não acreditasse que o estudo do tema violência sexual na adolescência, fizesse parte de sua disciplina, mas sim da disciplina de Ciências, é um assunto a ser explorado em outras áreas também. Por fazer parte de um “Projeto de Feira de Ciências”, permitiu que seus alunos pudessem desenvolver um trabalho com essa temática, uma atitude importante, pois mesmo não acreditando que a proposta fosse de sua disciplina oportunizou aos discentes e a ela mesma, desenvolver o conhecimento de forma conjunta. E nessa construção os adolescentes adquiriram conhecimento de como identificar a violência sexual e encaminhamentos foram realizados. Sobre o pertencimento à disciplina de Ciências, PCN (Brasil, 1998) nos mostra que:

Não constitui pré-requisito que o professor seja da área de Ciências (comumente associada à sexualidade), já que não se trata de abordagem predominantemente biológica da sexualidade. Importa é que tenha interesse e disponibilidade para esse trabalho, assim como flexibilidade e disposição pessoal para conhecer e questionar seus próprios valores, respeitando a diversidade dos valores atribuídos à sexualidade na sociedade atual. (p. 332).

***8.2.6 Questão 5: você acredita que abordar o tema violência sexual com seus alunos pode auxiliar na prevenção e no combate a esse tipo de violência?***

## Quadro 13

*Sim, é possível!*

<b>Beatriz</b>	“Com certeza ajuda. Os dados sobre violência sexual são alarmantes. Temos que fazer com que esse tema não cause medo ou receio de ser falado. Acredito que a prevenção é o melhor caminho para reduzir a triste estatística que temos sobre os casos de violência sexual e devemos cuidar do futuro das crianças, oferecendo orientação sexual com uma boa didática, adequada a cada idade.”
<b>Bianca</b>	“Podemos direcionar a quem a criança pode recorrer. Fazer entender o que é a violência sexual, algumas não tem noção que palavras ou passada de mão ‘sem querer’ também é assédio. Estimular a coragem de denunciar. Fazê-los entender que a culpa não é deles.”
<b>Marisa</b>	“O aluno passa a entender o que é violência sexual e se está passando por isso conta ao professor ou para algum colega e esse chega até o professor para fazer o relato. Dependendo da forma como o assunto é tratado gera uma confiança por parte do aluno em relação a pessoa que está abordando o tema.”
<b>Ilda</b>	“Pois saberão identificar esse problema e estarão cientes que a escola pode ajudá-los.”
<b>Maria</b>	“A escola é um local de produção e circulação do conhecimento. Temos que tratar de todos os assuntos, de todas as dúvidas dos alunos, por mais difícil que seja, e discutir de maneira mais competente possível. É importante assumir uma postura de diálogo e falhar a língua dos estudantes.”
<b>Bia</b>	“Com certeza muitas vezes ouvimos comentários de que algum aluno está sofrendo violência sexual e não fazemos nada por medo de o mesmo não querer expor a situação, por receio de o abusador ficar sabendo e querer se vingar de alguma forma ou mesmo piorar ainda mais a vida da vítima. Sabemos que nosso alunos boa parte convive com a violência sexual, podendo ser eles mesmos as vítimas ou algum de sua família, mas por insegurança não falam, por medo de represália.”

<b>Edcarlo</b>	“Ao abordar o tema pode-se levar informações aos alunos para que tenham mais confiança e segurança ao lidar com o problema, indicando caminhos para resolvê-los.”
<b>Edison</b>	“Sim, pois quanto mais informações os alunos tiverem sobre esse assunto, melhor para todos. Pode-se trabalhar através dos textos, artigos sobre o assunto e documentários que abordam esse tema.”
<b>Marta</b>	“Eu acredito que sim. Mas precisa ser uma aula bem planejada, propiciando momentos para os alunos fazerem seus relatos, mas com cuidado para não expor a vida pessoal dos alunos e das suas famílias.”
<b>Malu</b>	“Diálogos em grupos ou individual, debates entre outros.”
<b>Graça</b>	“Principalmente como forma de alertar a criança a perceber que o adulto muitas vezes está como intenções erradas, e também as que estão sendo molestadas se abram e denunciem essa agressão e que têm pessoas que se importam e que podem ajudá-las.”
<b>Geo</b>	“Contribui para adquirir um maior conhecimento a respeito do corpo, incentiva na autoconfiança e traz conhecimento sobre o assunto. Pois muitas famílias não trabalham a questão sexualidade em casa e acabam terceirizando para as instituições de educacionais. Além disso, a maioria dos casos de abusos são praticados por parentes da vítima, assim a escola acaba sendo o local mais acolhedor para receber denúncias.”
<b>Pietra</b>	“O aluno terá informações necessárias que os auxiliarão a identificar a violência sexual. Ele estará munido de conhecimento que foi lhe ofertado a partir de discussões e orientações em sala de aula. Apesar de muitos terem a seu dispor a internet p/ pesquisar qualquer assunto, os adolescentes de pessoas que os instruem a entender determinadas temáticas. Além disso, nem todos têm em casa pais ou responsáveis abertos a esse diálogo, cabendo a escola promover o acesso a essas informações.”
<b>Heitor</b>	“Compreendo que ajuda a mostrar como identificar se a pessoa está sofrendo este tipo de violência.”
<b>Helena</b>	“Através de orientações e se possível, ajuda psicológica.”

*Nota:* Elaboração própria.

Foi unânime o posicionamento dos professores frente a possibilidade de prevenção e combate à violência sexual por meio da abordagem do tema, porém foi possível perceber que esse posicionamento se esbarra nas questões anteriores sobre a formação inicial, formação continuada e, conseqüentemente na insegurança de desenvolver práticas pedagógicas.

“Considera-se que a escola não pode mais fugir do seu papel de educadora e ignorar as questões sexuais emergentes em todos os que ocupam a escola” (Brittos, Santos, & Gagliotto, 2013, p.2), para isso é necessário nos cursos de formação de professores e nas formações continuadas abordar temas relacionados à educação sexual, bem como informar, orientar e treinar para identificar quaisquer situações de risco no qual estejam envolvidos os educandos da unidade escolar.

Quando se fala em educação para a violência sexual, muitos fatores de formação pessoal e social entram em questão, pois envolvem os valores morais e éticos, dependendo da sociedade familiar no qual o professor, aluno e comunidade escolar estiveram e estão inseridos. Por isso, é preciso ser conhecedor dos conceitos, para esclarecer aos que possuem um senso comum distorcido do que cientificamente é.

Desse modo, cabe à escola, como um ambiente preparado para formar cidadãos capazes de pensar e agir sobre a sociedade, auxiliar na busca do autoconhecimento, no sentido de se reconhecer como ser humano capaz de identificar e evadir-se de situações que possam afetar a integridade física e mental, neste caso, em específico, o adolescente. Para que isso aconteça, o professor é o agente fundamental nesse processo, por isso torna-se importante conhecer como esse estudo da violência sexual acontece dentro da sala de aula com o objetivo de desenvolver o autoconhecimento para a prevenção deste tipo de violência.

## 9 CONCLUSÃO

É indubitável que a escola pode contribuir de modo significativo no processo de autoconhecimento, mediante a união entre as áreas do conhecimento com o objetivo de tornar o adolescente um cidadão capaz de tomar decisões e resolver conflitos. Por isso, houve o interesse em entrar em contato com uma unidade escolar e convidar professores a participarem da pesquisa.

Através do questionário que foi respondido por professores com formação acadêmica em Letras, Ciências Biológicas, Educação Física, Matemática, Geografia, História. Foi possível identificar que a maioria tem conhecimento básico do conceito de violência sexual, porém não se sentem seguros para abordar a temática com os alunos, sendo que a maioria deles não obteve formação inicial e nem formação continuada sobre o assunto.

Por conseguinte, diante dessa pesquisa foi possível compreender que os professores demonstraram através de suas respostas que a falta de informação é um entrave para a abordagem da violência sexual na adolescência no contexto da sala de aula. Com isso, foi constatado a importância de adequação das temáticas de estudos da formação continuada, bem como a necessidade de um formador especializado no assunto.

As relações da família com a escola são consideradas um desafio, pois há necessidade de oportunizar às famílias o conhecimento das ações que serão desenvolvidas em torno do tema.

Foi importante perceber que algumas ações pontuais acontecem na unidade, por meio das respostas de alguns profissionais quando relatam as experiências com palestras, folders, textos e outros. Desse modo, quando há abordagem do tema diante dos questionamentos dos alunos ou mesmo na contextualização de um assunto pertinente, em algum momento na escola ocorre a mobilização, porém fora da prática docente da maioria dos professores.

Portanto, foi possível alcançar o objetivo dessa pesquisa, compreendendo que os professores dessa unidade escolar abordam a violência escolar com seus alunos. Quando o assunto é levantado em sala de aula, seja por questionamentos dos próprios alunos ou porque o tema aparece explícito em algum conteúdo, nessa unidade, pode-se perceber que a falta de formação específica sobre a violência sexual, desencadeia insegurança e desconforto na abordagem da temática. Foi identificado que o tema é abordado através de palestras esporádicas com profissionais externos a unidade ou quando há o desenvolvimento de algum projeto específico ao tema.

Esta pesquisa apontou a necessidade de políticas públicas voltadas para formação sobre a violência sexual que oportunizem aos professores a incluírem práticas pedagógicas no cotidiano da sala de aula com segurança. Diante do exposto, a inclusão desse tema nos momentos de formação continuada, bem como a realização de mais pesquisas no estado de Mato Grosso em torno da temática.

## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar que é uma forma organizada e sistematizada de orientação e aprendizagem sobre conhecimentos científicos acumulados ao longo do tempo. Poderia ser um ambiente de propagação de informações para prevenção da violência sexual na adolescência.

O professor é um dos agentes de valor no processo de formação do adolescente, pois como orientador, tem a possibilidade de levar o estudante a aprender e refletir sobre o saber científico, o saber questionador e solucionador de questões inerentes ao ser humano e à sociedade no qual vive. Nesse sentido, informações com o objetivo de prevenir a violência sexual poderiam ser utilizadas para a emancipação da pessoa.

Para que o professor seja esse agente ativo do desenvolvimento do adolescente, ele precisa ter formação adequada de como abordar a violência sexual dentro do contexto etário dos adolescentes. Esta formação proporciona conhecimento e segurança ao profissional docente ao abordar qualquer assunto ligado à sexualidade e/ou a violência sexual. Ter materiais didáticos disponíveis e acesso aos conteúdos digitais de auxílio muitas vezes não são suficientes se não houver uma orientação de como utilizá-los. Por isso, faz importante no processo de formação continuada desses profissionais estar abordando a violência sexual.

Embora seja reconhecida a importância do papel do professor no contexto dessa pesquisa, é pertinente ressaltar que este pede por formação, pois identifica a violência sexual como um fator de relevância social, porém não possui aporte para trabalhá-lo em sua prática didática.

No Brasil, assim como no mundo, ainda há muito que se estudar e refletir sobre a sexualidade, em especial a prevenção da violência sexual na adolescência e o respeito em torno dela, porém não o respeito que condena, impede a liberdade de fala e de escolhas, mas sim aquele que enriquece o intelectual e faz do ser um indivíduo aberto ao diálogo e ao conhecimento para que possa se torna uma pessoa questionadora capaz de buscar e auxiliar o próximo na busca pelas respostas a partir de seus questionamentos.

Os resultados desse estudo de caso foram enviados a unidade escolar para que possam auxiliar no desenvolvimento e/ou na continuidade das práticas pedagógicas voltadas para a prevenção da violência sexual na adolescência, bem como demonstrar à comunidade científica a importância de se abordar esse assunto no contexto escolar. Essa pesquisa pode ser utilizada como norteadora no desenvolvimento de materiais de apoio à formação continuada de profissionais da educação na abordagem da prevenção da violência sexual na adolescência.



## REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA). (2002). *Abuso Sexual Mitos e Realidades* (3ª ed.) (Coleção Criança Carinho). Petrópolis: Autores & Agentes & Associados,. Recuperado de [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Abuso\\_Sexual\\_mitos\\_realidade.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Abuso_Sexual_mitos_realidade.pdf).
- Araújo, L. M. (2012). *Erotismo e sexualidade no Antigo Egito*. Lisboa: Edições Colibri.
- Assunção, A.M. (2011). *Narrativas Silenciadas* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Educação, Universidade Federal De Mato Grosso, Cuiabá, Brasil. Recuperado de <http://ri.ufmt.br/handle/1/943>.
- Barros, S. C. (2014). *Sexting na adolescência: análise da rede de enunciações produzida pela mídia* (Tese de Doutorado). Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.furg.br/handle/1/6346>.
- Barros. M.M.A.C. (2016). *A participação da escola no enfrentamento da exploração sexual contra crianças e adolescentes em municípios impactados por grandes projetos minero-metalúrgicos: um estudo de caso em Juruti (PA)* (Tese de Doutorado). Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará (UFPA). Recuperado de [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8379/1/Tese\\_ParticipacaoEscolaEnfrentamento.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8379/1/Tese_ParticipacaoEscolaEnfrentamento.pdf).
- Becker, D. (2017). *O que é adolescência* (Primeiros Passos). Brasiliense. Edição do Kindle.
- Bedin, R.C. (2016). *A história do Núcleo de Estudos da Sexualidade e sua participação na trajetória do conhecimento sexual da Unesp* (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/138253>
- Berto, R.M.V.S.A., & Nakano, D.N. (2000). Produção Científica nos Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção: Um Levantamento de Métodos e Tipos de

Pesquisa. *PRODUÇÃO*, 9(2), 65-76. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/prod/v9n2/v9n2a05.pdf>.

BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Gráfica do Senado Federal.

Brasil. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. (1990, 16 de julho). Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

Brasil. *Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996*. (1996, 23 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, seção 1. Brasília: Presidência da República.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais/ Orientação Sexual*. Brasília: Ministério da Educação.

Brasil. *Lei n. 11.525, de 25 de setembro de 2007*. (2007, 25 de setembro). Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Brasília. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111525.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.525%2C%20DE%2025,no%20curr%C3%ADculo%20do%20ensino%20fundamental](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111525.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.525%2C%20DE%2025,no%20curr%C3%ADculo%20do%20ensino%20fundamental).

Brasil. Lei Federal nº13.005, de 25 de junho de 2014. (2014, 25 de junho). *Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências*. Brasília, DF.

Brasil. Ministério Dos Direitos Humanos. (2016). *Balanco das Denúncias de Violações de Direitos Humanos 2016*. Recuperado de [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/campanhas/disque\\_100/balanco\\_disque\\_100\\_\\_2016\\_\\_apresentacao\\_completa.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/campanhas/disque_100/balanco_disque_100__2016__apresentacao_completa.pdf).

Brasil. (2018a). Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Recuperado de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

- Brasil. Ministério Dos Direitos Humanos. (2018b). Disque Direitos Humanos – Relatório 2017. Recuperado de [https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-balanco-digital-2017\\_disque100.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-balanco-digital-2017_disque100.pdf).
- Brasil. Ministério Dos Direitos Humanos. (2019). Disque Direitos Humanos. *Relatório 2018*. Recuperado de [https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/Disque\\_Direitos\\_Humanos.pdf/view](https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/Disque_Direitos_Humanos.pdf/view).
- Brasil. Ministério Dos Direitos Humanos. (2020). *Relatório 2019*. Recuperado de [https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019\\_disque-100.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf).
- Brino, R.F., & Williams, L.C.A. (2008). Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. *Educação & Realidade*, 33(2), 209-230. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/7073>.
- Brittos, E.S., Santos, A.B., & Gagliotto, G.M. (2013). A importância da educação sexual na formação de professores: o projeto laboratório de Educação Sexual Adolescer e a intervenção necessária junto aos adolescentes no espaço escolar. In *Anais do Simpósio Internacional de Educação Sexual*. ISSN:2236-1995. Maringá/PR. Recuperado de [http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao\\_sexual\\_escolar/4-08.pdf](http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao_sexual_escolar/4-08.pdf).
- Bueno, R.C.P., & Ribeiro, P.R.M. (2018). História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. P. 49-56.
- Bueno, S., Pereira, C., & Neme, C. (2019). A invisibilidade da violência sexual no Brasil. In *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019* (pp. 114-119). Disponível em: <https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/>.
- Cavalcanti, R. (1993). *Educação Sexual no Brasil e na América Latina*. *Rev. Bras. Sexualidade Humana*, 4(2), 164-177. Recuperado de [https://www.rbsh.org.br/revista\\_sbrash/article/view/831](https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/831).

- Costa, I.S. (2016). *Análise da Formação e da prática em Educação Sexual de professores/as de Ciências e Biologia de escolas Estaduais de Macapá/AP* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP, Brasil. Recuperado de <http://hdl.handle.net/11449/142864>.
- Creswell, J.W., & Clark, V.L.P. (2013). *Pesquisa de métodos mistos* (2ª ed.). Porto Alegre: Penso. Edição Kindle.
- Dolto, F. (1990). *A causa dos adolescentes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Feldman, R.S. (2015). *Introdução a Psicologia* (10ª ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Ferreira, G. G. (2020). *Sexualidade na perspectiva do ensino: concepções e Relatos das práticas de profissionais da educação* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas, Campus de Barra do Bugres, Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres, MT, Brasil. Recuperado de [http://portal.unemat.br/media/files/GILCIN%C3%89IA\\_GON%C3%87ALVES\\_FERREIRA.pdf](http://portal.unemat.br/media/files/GILCIN%C3%89IA_GON%C3%87ALVES_FERREIRA.pdf).
- Figueiró, M.N.D. (1996). A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. *Cadernos de Pesquisa*, (98), 50-63. Recuperado de <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/795/806>.
- Figueiró, M.N.D. (2001). *A formação de educadores sexuais: possibilidade e limites* (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/190864>.
- Figueiró, M.N.D. (2006). *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. (Coleções Dimensões da Sexualidade). Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Figueiró, M.N.D. (2010). *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio* (3ª ed., rev.). Londrina: Eduel.

- Figueiró, M.N.D. (2018). *Educação Sexual: saberes essenciais para quem educa*. Curitiba: CRV.
- Foucault, M. (2019). *História da Sexualidade 1: A Vontade de Saber. 1926-1984* (8ª ed.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2019). *História da Sexualidade 2: O Uso dos prazeres. 1926-1984* (6ª ed.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.
- Garton, S. (2009). *História da sexualidade: da Antiguidade à Revolução Sexual*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Gil, A.C. (2019). *Métodos e Técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, E.P.S. (2015). *A constituição dos sujeitos e dos sentidos nas campanhas oficiais de combate ao abuso e à exploração sexual infantil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Mato Grosso, Cáceres, MT, Brasil. Recuperado de <http://portal.unemat.br/media/files/Enilce-Pereira-de-Souza-Gil.pdf>.
- Guedes, L.N.A. (2012). *A participação das escolas de ensino fundamental de Breves-PA no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Brasil. Recuperado de [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2919/1/Dissertacao\\_ParticipacaoEscolasEnsino.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2919/1/Dissertacao_ParticipacaoEscolasEnsino.pdf).
- Ibiapina, A.C. (2013). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: a participação das escolas públicas municipais da cidade de Imperatriz do Maranhão na rede de enfrentamento* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/4542>.
- Leal, C. P. (2016). *Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes realizado na Escola Dom Rino Carlesi no município de São Raimundo das Mangabeiras-MA*

- (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém. Recuperado de <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/8491>.
- Leão, A. M. C. (2009). *Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos* (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101587>.
- Loyola, M. A. (2003, julho). Sexualidade e medicina: a revolução do século XX. *Cad. Saúde Pública*, 19(4), 875-899. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/csp/a/6MWySXTKLrNwpxGkMNz6fb/?format=pdf&lang=pt>.
- Ludwing, A.C.W. (2014, julho). Métodos de pesquisa em educação. *Revista Temas em Educação*, 23(2), 204-233. Recuperado de <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18881/12572>.
- Machado, S. S., Junior. (2016). *Políticas públicas sobre sexualidade e educação em Mato Grosso: os casos de Primavera do Leste e Ribeirão Cascalheiras (1990-2015)* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, Brasil. Recuperado de <http://ri.ufmt.br/handle/1/1400>.
- Maia, A.C.B., & Marques, P.F. (2013). Sexualidade, deficiência intelectual e vulnerabilidade: a importância da educação sexual intencional e preventiva. In *Anais do Simpósio Internacional de Educação Sexual*, 3(1), (pp.1-14). Maringá: UEM. ISSN 2236-1995. Recuperado de [http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao\\_sexual\\_escolar/4-04.pdf](http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao_sexual_escolar/4-04.pdf).
- Maia, A.C.B., & Ribeiro, P.R.M. (2011). Educação Sexual: Princípios para ação. *Doxa*, 15(1), 75-84, Recuperado de <file:///C:/Users/55669/Documents/MESTRADO/MAIA%202011%20EDUCAÇÃO%20SEXUAL%20PRINCIPIOS%20PARA%20AÇÃO.pdf>.

- Martorell, G. (2014). *O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência*. Porto Alegre: AMGH.
- Mato Grosso. (1997). Secretaria de Educação e Cultura. *Decreto no 2.007/1997, que dispõe sobre a criação de Centros de Formação e Avaliação do Professor*. Cuiabá: Seduc.
- Mato Grosso. (2010). Secretaria de Estado de Educação. *Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais*. / Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Defanti.
- Mato Grosso. *Lei Estadual 10.111, de 6 de junho de 2014*. (2014, 06 de junho). Dispõe sobre a Revisão e Alteração do Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei nº 8.806, de 10 de janeiro de 2008. Cuiabá, MT.
- Mato Grosso (2018a). Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC. Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: Concepções para Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – SEB. Recuperado de <https://drive.google.com/file/d/12IdfeadygzgIyA2FnyYB0tpHZiYSJw9p/view>.
- Mato Grosso (2018b). Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC. *Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: Ensino Fundamental: anos iniciais*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – SEB. Cuiabá. Recuperado de <https://drive.google.com/file/u/1/d/1z9YmiOIRBNYVpExIK6yfACoA99wvK-cW/view?usp=sharing>.
- Mato Grosso (2018c). Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer - SEDUC. *Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: Ensino Fundamental: anos finais*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – SEB. Cuiabá. Recuperado de <https://drive.google.com/file/d/1pSppruO-tS9-puiU-IL01llcavKCJye5/view>.
- Murta, S.G., Santos, B.R.P., Nobre, L.A., Araújo, I.F., Miranda, A.A.V., Rodrigues, I.O., & Franco, C.T.P. (2013). *Prevenção à violência no namoro e promoção de habilidades de*

vida em adolescentes. *Psicologia USP*, 24(2), 263-288. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0103-65642013000200005>.

Nunes, C.A. (1996). *Filosofia, Sexualidade e Educação: as relações entre os pressupostos éticos-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar* (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/252438>.

Oliveira, L.L., & Mansilla, D.E.P (2017). *Roteiro para trabalhar Educação em Sexualidade na Educação Infantil*. Cuiabá.

Oliveira, M. Silva, F.G.O., & maio, E.R. (2020, outubro). Violência sexual contra crianças e adolescentes: a escola como canal de proteção e denúncia. *Revista do Centro de Ciências da Educação*, 38(4), 01-23.

Papalia, D.E., & Feldman, R.D. (2013). *Desenvolvimento Humano* (12<sup>a</sup> ed.). Porto Alegre: AMGH.

Peldiak, S.E.C., Cervantes, E.L., & Santos, E.R. (2020, Dezembro). Fale por Mim: Rede De Proteção e Defesa Contra e Abuso Sexual Infanto-juvenil. *Revista Eletrônica de Educação do Norte de Mato Grosso – Reenoma*, 4(2). Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica de Sinop.

Peixoto, C.S., Modestos, C.M.S., Santos, E.R., Curvo, K.G., & Moraes, L.G. (2018). Ação de Prevenção de Violência Sexual Infantil em uma Creche Municipal De Cuiabá-MT. In *Semana Brasileira de Enfermagem. A centralidade da enfermagem nas dimensões do cuidar / Semana Brasileira de Enfermagem. Semana Integrada de Enfermagem com o Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso*, (pp.44-45). Cuiabá, MT: ABEN-MT. ISSN 2177-563X. Recuperado de [http://www.abenmt.org.br/Anais\\_79a\\_SBEn.pdf](http://www.abenmt.org.br/Anais_79a_SBEn.pdf).

Prioste, C. D. O (2013). *Adolescente e a Internet: Laços e Embarços no Mundo Virtual* (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo,

Brasil. Recuperado de <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21052013-113556/pt-br.php>.

Procópio, M.L.C (2013). *Significados da violência sexual atribuídos por adolescentes de uma escola-abrigo*. Manaus: EdUA.

Ribeiro, P. R. M. (2009). *A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil*. In M. N. D. Figueiró, *Educação sexual: Múltiplos temas, compromissos comuns* (pp.129-140). Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

Ribeiro, P. R. M. (2013). *Educação Sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa*. In A.O. Rabelo, G.R. Pereira, & M.A.S. Reis, *Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas* (1ª ed.). Petrópolis, RJ: The Petrus et al. FAPERJ.

Rodrigues, V.A. S (2015). *Educação sexual: práticas pedagógicas em aulas de ciências de escolas da diretoria de ensino de Votorantim/SP* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, Campus de Sorocaba, SP, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8405>.

Rodrigues, S.S. (2017). *Concepções de profissionais da educação e saúde em sexualidade: proposta interventiva e assessoramento para projetos de educação sexual em Abaetetuba-PA* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara, SP, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151756>.

Santos, B. R., & Ippolito, R. (2009). *Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual*. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil. Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação. Recuperado de [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia\\_de\\_referencia.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia_de_referencia.pdf).

Santos, B.R., & Ippolito, R. (2011) *Guia Escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Seropédica, RJ: EDUR.

Silva, J. V. (2019) **Perspectivas socioeconômicas da violência sexual no Brasil: dinâmica e níveis de associações causais** (Tese de Doutorado). Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. Recuperado de [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/27959/1/Perspectivassocioecon%C3%B4micasviol%C3%Aancia\\_Silva\\_2019.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/27959/1/Perspectivassocioecon%C3%B4micasviol%C3%Aancia_Silva_2019.pdf).

Tiba, I. (2010). *Adolescentes: Quem ama, educa!* (46ª ed.). São Paulo: Integrare Editora. Edição do Kindle.

Vagliati, A.C. (2014). *Gritos do silêncio: o professor frente à violência sexual contra crianças e adolescentes no espaço escolar* (Dissertação de Mestrado). Centros de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrã, PR, Brasil. Recuperado de <http://tede.unioeste.br/handle/tede/961>.

**APÊNDICE A****SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA  
NA ESCOLA \_\_\_\_\_**

Eu, Sulamyta Cargnin, responsável pelo desenvolvimento da pesquisa de mestrado do curso de Pós-Graduação em Educação Sexual, da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp – Araraquara, intitulado: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (CAAE: 4 5875121.5.0000.5400), sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra Fátima Elisabeth Denari, venho solicitar, através da Equipe gestora, representada pelo diretor (a) \_\_\_\_\_, autorização para realizar pesquisa dentro do ambiente escolar com os professores da unidade, comprometendo-me a não divulgar nomes dos participantes e da instituição escolar.

\_\_\_\_\_ – MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Sulamyta Cargnin  
Aluno: EDS190012 – Unesp/Araraquara

\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup> Dra Fátima Elisabeth Denari  
Orientadora

**APÊNDICE B****AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS****AUTORIZAÇÃO**

Informamos que **SULAMYTA CARGNIN**, pesquisadora e aluna da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Sexual da FCLAr/UNESP Araraquara foi **AUTORIZADA** pelo diretor e presidente do Conselho Deliberativo da Escola \_\_\_\_\_ a realizar coleta de dados nesta Unidade Escolar, situada no endereço \_\_\_\_\_ – Município de \_\_\_\_\_ no Estado de Mato Grosso para a pesquisa intitulada “ \_\_\_\_\_ .”

(CAAE: 45875121.5.0000.5400), sob a orientação do(a) Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Elisabeth Denari. A discente Sulamyta Cargnin apresentou todos os documentos solicitados a unidade escolar, assim como o parecer com aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa sem pendências.

Cabe à pesquisadora o compromisso de devolutiva do seu estudo à equipe de modo a qualificar as ações dos professores relativas à temática do estudo.

\_\_\_\_\_ /MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

---

Diretor da Escola

---

Presidente do CDCE da Escola

## APÊNDICE C

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sr./Sra. \_\_\_\_\_, da Escola \_\_\_\_\_, está sendo convidado para participar da pesquisa “\_\_\_\_\_”

que será desenvolvida pela bióloga e pesquisadora Sulamyta Cargnin, discente do Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação Sexual da Unesp - Faculdade de Ciências e Letras, campus de Araraquara, localizada à Rodovia Araraquara-Jaú, Km 1 – Caixa Postal 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Fone: (16) 3334-6263, sob orientação da Profª Dra. Fátima Elisabeth Denari.

Esta pesquisa objetiva compreender de que forma os professores dos anos finais do ensino fundamental abordam temas referentes à violência sexual com seus alunos em uma escola no interior de Mato Grosso.

Você foi selecionado por trabalhar na Escola em que será o objeto de estudo desta pesquisa, a sua participação não é obrigatória, ela é voluntária e muito importante. Ela consistirá em responder a um questionário, de modo que este demonstre a realidade da sua prática, bem como da unidade escolar na qual atua.

Desconfortos e riscos possíveis desta pesquisa dizem respeito a algum tipo de constrangimento ao relatar sobre assuntos relativos à violência sexual, quanto a revelação de valores pessoais, morais e religiosos. Os benefícios são a possibilidade de a partir desse estudo de caso, a instituição desenvolver, cursos de formação e aprimoramento dos profissionais envolvidos com a abordagem da prevenção da violência sexual na adolescência a fim de promover uma integração entre conhecimento, professor e aluno. Além disso, é um momento de reflexão do profissional sobre esse tema e suas práticas pedagógicas.

É assegurado ao participante: a confidencialidade, a privacidade, garantia de não utilização das informações em prejuízo do participante, a ausência de despesas decorrentes da participação na pesquisa, esclarecimentos sobre o método da pesquisa, a liberdade de recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado.

Qualquer dúvida entrar em contato com a pesquisadora Sulamyta Cargnin, discente do Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação Sexual da Unesp - Faculdade de Ciências e Letras, pelo e-mail: [s.cargnin@unesp.br](mailto:s.cargnin@unesp.br).

\_\_\_\_\_  
Sulamyta Cargnin - Aluno: EDS190012

Eu, \_\_\_\_\_ declaro que li as informações sobre a pesquisa e me sinto perfeitamente esclarecido (a) sobre o conteúdo desta. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar, contribuindo com a coleta de informações para a realização da mesma.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

## APÊNDICE D

### QUESTIONÁRIO

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_

Pós Graduação: ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado

Tempo de atuação na profissão: \_\_\_\_\_

Tempo de atuação nessa escola: \_\_\_\_\_

#### 1 - O que você entende por violência sexual?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

#### 2 - Em algum momento na sua formação acadêmica você recebeu orientação sobre como abordar violência sexual na escola?

( ) Se **SIM**, ela ocorreu em qual formato?

( ) disciplina.

( ) discussões em grupos de trabalho.

( ) participação em cursos.

( ) Outro (descreva sua experiência): \_\_\_\_\_

( ) Se a resposta for **NÃO**, Você sentiu falta desta abordagem na graduação?

( ) **SIM**, porque: \_\_\_\_\_

( ) **NÃO**, porque: \_\_\_\_\_

#### 3 - Em algum momento na formação continuada você recebeu orientação em como abordar violência sexual na escola?

( ) Se **SIM**, descreva sua experiência: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

( ) Se a resposta for **NÃO**, você gostaria de estudar esse tema na formação continuada?

( ) **NÃO**, porque: \_\_\_\_\_

( ) **SIM**, porque: \_\_\_\_\_

**4- Em algum momento na sua prática pedagógica, você abordou o tema violência sexual com seus alunos?**

( ) Se **SIM**, descreva sua experiência: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

( ) **NÃO**, porque: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**5- Você acredita que abordar o tema violência sexual com seus alunos pode auxiliar na prevenção e no combate a esse tipo de violência?**

( ) Se **SIM**, de que forma: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

( ) **NÃO**, porque: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_